



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADES DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LUCAS SOARES DO NASCIMENTO

A PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA: um estudo de caso da atuação de uma professora na inclusão de alunos com deficiência.

**ABAETETUBA – PA
2019**

LUCAS SOARES DO NASCIMENTO

A PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA: um estudo de caso da atuação de uma professora na inclusão de alunos com deficiência.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Prof. Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes.

ABAETETUBA – PA
2019

LUCAS SOARES DO NASCIMENTO

A PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA: um estudo de caso da atuação de uma professora na inclusão de alunos com deficiência.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Prof. Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes.

Aprovado em: 28 / 03 / 2019

Conceito: Excelente

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Sandra Karina Barbosa Mendes – UFPA
Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS/UFPA

Prof.^a Dra. Vivian da Silva Lobato – FAECS/UFPA
Examinador interno

Prof.^a Me. Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz – FAECS/UFPA
Examinadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais
Examinador interno

ABAETETUBA – PA
2019

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, nosso autor e consumidor da vida, que me deu essa oportunidade e sem Ele eu não estaria aqui.

Aos meus pais que amo muito, Manoel Walderi e Raimunda Soares, que são essenciais na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma virtude que poucos possuem, mas é essencial para a nossa vida em sociedade, para construirmos círculos de amizade, traz consigo o amor e a fidelidade. Gratidão é um sentimento de reconhecimento, é reconhecer uma ajuda recebida e retribuir por meio de palavras ou ações. Essa é uma característica que carrego comigo, pois sei o quanto isso é importante e transformador.

Em virtude disso, irei apresentar os agradecimentos à todas as pessoas que contribuíram diretamente e indiretamente para que fosse possível alcançar essa conquista tão importante em minha vida.

Dessa forma, quero agradecer primeiramente ao Deus criador dos céus e da terra, o principio e o fim, Aquele que faz além daquilo que pedimos ou pensamos. Sem Ele eu não teria alcançado esse objetivo, Ele foi a minha força e a minha fortaleza durante esses anos de lutas e desafios. Só Ele sabe o que eu senti e o que passei e já mais me desamparou.

Agradeço à minha família, que me ajudou demais através de palavras de incentivo e me motivando a prosseguir. Meus pais, Manoel Walderi e Raimunda Soares, foram essenciais para essa realização, dando duro para prover recursos financeiros para me ajudar, também do jeito deles me deram estrutura emocional e me ensinaram que precisamos lutar para vencer na vida.

Além disso, aos meus irmãos, Daniele, Aniele, Raíza, Anderson e Felipe, que cresceram comigo e vivenciamos momentos difíceis juntos, mas tivemos momentos de muita alegria e estão em minha memória. E a minha cunhada Thyenne que também me ajudou. Eles contribuíram para que isso acontecesse.

Agradeço à minha noiva Ana Beatriz e à minha sogra Eliza, que entraram em minha vida durante essa graduação e que também estiveram juntas comigo durante a realização desse trabalho me ajudando e sempre me motivando com palavras positivas.

Agradeço à minha orientadora, professora Dr.^a Sandra Karina Mendes Barbosa, que foi quem me direcionou, contribuiu e me auxiliou na realização desse trabalho.

Agradeço aos meus líderes espirituais que amo muito, Pastores Feijó e Diana, que durante esse período estiveram sempre comigo me dando forças.

Agradeço à professora Néia, por toda ajuda concedida não só a mim, mas também à minha família.

Agradeço ao meu irmão em Cristo, Claudiomar Silva, que considero como um incentivador e que sempre me colocou para cima com suas palavras de motivação fazendo eu acreditar no meu potencial.

Agradeço ainda à professora Helena Carmem, pelo o incentivo e pelas contribuições que foram essenciais para esse trabalho.

Agradeço à professora Geryane, que me repassou bastante conhecimento por meio de suas experiências como profissional da Educação e que à tenho como um referencial a ser seguido.

Agradeço a todos os professores da Faculdade de Educação de Ciências Humanas e Sociais, que fizeram parte da minha vida durante a minha trajetória acadêmica.

Agradeço ainda a Universidade Federal do Pará – UFPA, por ter me recebido e proporcionado condições para que eu pudesse concluir esse curso.

“Aquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de acordo com o seu poder que atua em nós, a ele seja a glória na Igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre! Amém! ”. (Efésios 3:20-21)

RESUMO

No presente estudo realizamos pesquisa com uma professora com especialização em Psicopedagogia que atua desenvolvendo práticas pedagógicas inclusivas voltadas à inclusão de alunos com deficiência. Estabelecemos como objetivo analisar como a Psicopedagogia tem contribuído na prática pedagógica dessa professora no processo de inclusão dos alunos com deficiência na Escola Antônio de Oliveira Gordo. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, realizamos um Estudo de Caso, com abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas com a professora participante da pesquisa e com a coordenadora pedagógica da escola, sendo que os dados coletados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2006). Os resultados obtidos foram dentro daquilo que se esperava, identificamos que a professora atua na escola como Professora Auxiliar Especializada no acompanhamento de alunos com deficiência, onde essa docente realiza práticas pedagógicas adaptadas em conjunto com os professores regentes das turmas regulares para que as necessidades desses discentes sejam supridas. Também, identificamos que essa docente desenvolve projetos de intervenção por meio de conhecimentos psicopedagógicos, que contribuem na sua prática pedagógica e na inclusão dos alunos com deficiência dessa instituição escolar. Concluímos que uma professora com especialização em Psicopedagogia pode contribuir no processo de inclusão de alunos com deficiência nas instituições regulares de ensino por meio dos projetos de intervenção desenvolvidos por alguém que tenha essa formação. Com isso, compreendemos que há a possibilidade de o psicopedagogo ser um parceiro nessa luta pela garantia do direito da permanência desses discentes e pelo desenvolvimento de práticas educativas que atendam às suas necessidades.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Inclusão. Alunos com deficiência. Projetos de Intervenção.

LISTA DE QUADROS

Quadro matricial 1 – Práticas Pedagógicas Inclusivas	36
Quadro matricial 2 – Utilização dos conhecimentos psicopedagógicos	51
Quadro matricial 3 – As contribuições da Psicopedagogia na inclusão dos alunos com deficiência na escola Antônio de Oliveira Gordo	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	25
2.1 Histórico da Educação Especial até a sua inserção ao Paradigma de Educação Inclusiva.....	25
2.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas.....	29
2.3 Atendimento Especializado na Escola Antônio de Oliveira Gordo	33
2.4 Práticas Pedagógicas Inclusivas desenvolvidas pela professora “H” ...	35
3 A PSICOPDAGOGIA NA ESCOLA E AS INTERVENÇÕES REALIZADAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	39
3.1 Histórico da Psicopedagogia desde o seu início na Europa até a sua chegada no Brasil	39
3.2 Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp)	43
3.3 A Psicopedagogia na Instituição Escolar	45
3.4 Os conhecimentos psicopedagógicos presentes na atuação da professora "H"	50
3.5 As contribuições da Psicopedagogia na inclusão dos alunos com deficiência na Escola Antônio de Oliveira Gordo	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORA E PARA COORDENADORA.....	69
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	70
APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	71

1 INTRODUÇÃO

As práticas desenvolvidas para os alunos com deficiência precisam ser inclusivas, na perspectiva de que esses sujeitos possuem peculiaridades na sua aprendizagem e tem o nível de desenvolvimento diferente dos demais (BEYER, 2006). Com isso, as instituições públicas de ensino precisam se adaptar para atender esses discentes, sendo aberta aos mesmos, de forma estrutural e pedagógica.

A escola deve propor estratégias pedagógicas para auxiliá-los nas suas necessidades, dispondo de professores especializados para desenvolverem práticas que ajudarão na aprendizagem desses sujeitos, para que eles permaneçam e alcancem níveis mais elevados de ensino.

Aranha (2004), afirma que a falta de um apoio pedagógico para as necessidades desses alunos pode afastá-los do ambiente escolar, pois em alguns casos as famílias não encontram escolas acessíveis a esses discentes, sendo isso uma forma de discriminação. Se não houver esse atendimento, esses sujeitos poderão abandonar os estudos ou se permanecerem não conseguirão ter bons resultados, ocorrendo assim uma situação de desigualdade nas condições de permanência.

A partir disso, percebemos que se não houver esse apoio pedagógico e um bom atendimento, esses sujeitos poderão se sentir frustrados, incapazes e até mesmo discriminados. Com isso, estes discentes abandonarão a escola ou se permanecerem, podem não conseguir ter um bom rendimento escolar.

Cabe destacar que atualmente existem leis voltadas para a garantia do direito a inserção e permanência de alunos com deficiência na escola. Enfatizamos, por exemplo, a Declaração de Salamanca (1994) onde fala sobre a Educação Inclusiva e a lei maior que rege a educação nacional, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nos seguintes artigos desta lei consta que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (BRASIL/MEC)

No entanto, não basta apenas ter essas leis, devem ser oferecidos os recursos necessários e as instituições públicas precisam se reestruturar de forma pedagógica e estrutural para receber esses sujeitos. Haja vista, que há uma grande demanda desses alunos inseridos nas escolas regulares (GLAT, PLETSCH e FONTES, 2007).

Dessa forma, não é viável que esses indivíduos apenas estejam matriculados, se faz necessário que a escola, em geral, se torne acessível, sobretudo, nas práticas pedagógicas do corpo docente voltadas para esse público. Segundo Mesquita (2013), a inclusão dos alunos com deficiência na escola precisar estar vinculada à garantia da aprendizagem, essa autora diz que:

Assim, mesmo que haja a necessidade da inclusão se iniciar pela garantia do direito de acesso à educação de todos os sujeitos que dela foram privados, no âmbito educacional a inclusão precisa ser compreendida como um princípio orientador da escola, materializado por meio de práticas responsáveis e comprometidas com a garantia também do acesso ao currículo, ao conhecimento, pelos diferentes sujeitos que frequentam o espaço escolar. Portanto, a ideia de incluir vincula-se diretamente a garantia da aprendizagem. (p. 27).

Neste sentido, a escola em seu Projeto Político Pedagógico, assim como no Currículo e até mesmo nos planos de aula dos professores, precisa abraçar o princípio da inclusão como uma prática educativa presente no seu cotidiano. Com o intuito de garantir não só o acesso dos alunos com deficiência na instituição, porém, que esses indivíduos tenham o direito de aprender, apesar das suas diferenças.

Por isso, os professores devem se dispor a realizar práticas diferenciadas com o intuito de ter êxito na aprendizagem dos alunos com deficiência, pois os conteúdos e métodos homogêneos fazem com que eles sejam excluídos dos processos educativos. Esses discentes são seres humanos como os demais, mas possuem diferenças no seu desenvolvimento como sujeito, por esse motivo aprendem de forma distinta. Com isso, o professor deve se sensibilizar e buscar suprir as necessidades especiais desses indivíduos (BEYER, 2006).

Também, é necessário que os professores de diferentes campos de conhecimento busquem formações continuadas com o intuito de obter-se uma melhor qualificação profissional e adquirir mais conhecimentos voltados para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, com o objetivo de inclui-los nas escolas regulares por meio das suas práticas.

Diante dessa questão, a especialização em Psicopedagogia pode ter um papel muito importante na formação continuada desses profissionais, sobretudo, de professores para atuarem nos processos de ensino-aprendizagem (KUBOTA, 2000). Haja vista, que segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem e suas peculiaridades, levando em consideração as práticas desenvolvidas em uma escola e a relação que é estabelecida entre o conhecimento, o professor e o aluno.

Bossa (2000), afirma ainda que, um professor que é habilitado para atuar e faz essa especialização, acabará modificando a sua práxis educativa, a partir dos conhecimentos adquiridos nessa outra formação. Além disso, fazendo com que esse profissional tenha um olhar psicopedagógico diante dos processos educativos desenvolvidos no cotidiano escolar.

Vale ressaltar, que um professor ao fazer especialização nessa área, pode atuar como psicopedagogo, contudo, muitos fazem somente para melhorar a sua prática educativa. Sendo que, isso pode ocorrer pelo fato de que atualmente ainda não é uma realidade no cotidiano escolar brasileiro a presença desses profissionais, que nem sempre são lotados nessa função.

Dito isso, cabe nos questionarmos sobre o motivo de não existir psicopedagogos nas instituições escolares, pois esse profissional lida de forma mais aprofundada com as questões de ensino-aprendizagem e pode contribuir com esse processo de inclusão. Sendo que, alguém que possui especialização na área pode atuar na função (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2018).

O aspecto principal de não haver esses profissionais em escolas, consiste no fato de essa função ainda não ser regulamentada. Sendo que, a regularização do exercício do trabalho como Psicopedagogo ainda está em tramitação no Senado (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2018).

No entanto, a pesar dessa questão ainda está em andamento, a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) no seu Código de Ética (2011), define as leis que concedem e regulam a natureza do trabalho desse profissional, por meio desta são enfatizadas as diretrizes da atuação e formação do psicopedagogo. Nesse documento diz que:

Artigo 5º- A formação do psicopedagogo se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação – especialização “lato sensu” em Psicopedagogia, ministrados em estabelecimentos de ensino devidamente

reconhecidos e autorizados por órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 6º- Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia – especialização “lato sensu” - e os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência de titulação acadêmica e reconhecidos pela ABPp. É indispensável ao psicopedagogo submeter-se à supervisão psicopedagógica e recomendável processo terapêutico pessoal. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2011)

Diante disso, percebemos que a Psicopedagogia ainda está buscando o seu espaço no ambiente escolar e o afunilamento da identidade do psicopedagogo, apesar de haver essas diretrizes para a formação desses profissionais. Sendo que, estas ocorrem por meio de cursos de nível de graduação e de pós-graduação e são regulamentados pelo MEC (Ministério da Educação). Além disso, são habilitados para exercer a função tanto os especialistas como os graduados. Com isso, a luta maior é pela regulamentação da profissão, segundo a Associação Brasileira de Psicopedagogia (2018) – ABPp.

Todavia, enfatizamos que esse trabalho não está direcionado especificamente para essas questões, apesar de elas serem fundamentais para compreendermos o contexto em que a Psicopedagogia se encontra atualmente. Por isso, é necessário conhecermos um pouco mais sobre esse campo de conhecimento antes de adentrarmos em outros assuntos. Também, para que tenhamos uma melhor compreensão da delimitação dessa temática e que seja possível nos introduzirmos à atuação psicopedagógica.

Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia está voltada para a aprendizagem, para o desenvolvimento humano e no auxílio de escolas, professores e alunos para a superação das dificuldades de aprendizagem, principalmente com alunos deficientes. Sendo a aprendizagem um dos elementos essenciais na escolarização desses sujeitos e principalmente para que se obtenha um avanço na questão da inclusão social, melhorando assim a qualidade da educação.

Dessa forma, o psicopedagogo através das suas práticas acaba se tornando um sujeito importante nesse processo de inclusão dos alunos com deficiência no âmbito escolar,

Além disso, a Psicopedagogia é um campo do conhecimento que estuda os processos educativos, o ensinar e o aprender, considerando todos os aspectos que envolvem o sujeito que aprende, em seu contexto histórico e social. Leva em consideração que existem formas diferentes de aprender de cada aluno, com intuito

de tratar e prevenir os problemas de aprendizagem, para que esses sujeitos se desenvolvam. Como coloca Bossa (2000):

A Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da Pedagogia [...] Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a Psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, trata-las e preveni-las. [...] (p. 21).

Com isso, entendemos que os conhecimentos psicopedagógicos ajudam a conhecer mais sobre o outro para poder ajuda-lo a superar suas dificuldades de aprendizagem, superar seus problemas de aprendizagem e compreender os fatores que interferem nesse processo. Também, busca o desenvolvimento daquele que aprende, com o objetivo de intervir nas dificuldades de aprendizagem desse indivíduo através de práticas que o auxiliarão a vencer os obstáculos enfrentados e para que esse sujeito crie a sua autonomia.

Neste sentido, a atuação do psicopedagogo pode acontecer em todas as situações onde se tenha o processo de aprendizagem, a saber: empresas, clínicas, escolas, etc. Em cada local de trabalho a intervenção do psicopedagogo terá suas próprias características (BOSSA, 2000). Neste projeto será abordado a sua atuação em uma instituição escolar.

A partir desse contexto sobre a temática abordada e compreendendo-a, surgiu o interesse em realizar essa pesquisa com uma professora formada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, que exerce a função de PAE (Professora Auxiliar Especializada) dentro da escola em que ela trabalha. Contudo, inicialmente o objetivo era de investigar um psicopedagogo que atuasse diretamente na sua função, porém, tivemos dificuldades em encontrarmos na rede pública de ensino da região esse profissional trabalhando nessa função.

Direcionamos este trabalho a partir da seguinte problemática: como a Psicopedagogia tem contribuído na prática pedagógica de uma professora no processo de inclusão dos alunos com deficiência na Escola Antônio Oliveira Gordo?

Levando em consideração questões que nortearam essa pesquisa, como: Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora voltadas à inclusão de alunos com deficiência? Como os conhecimentos psicopedagógicos estão presentes

nessas práticas? Em que aspectos a psicopedagogia, presente na atuação da professora, tem contribuído na inclusão dos alunos com deficiência?

Dessa forma, delimitamos o título deste trabalho, o qual definimos como: “A Psicopedagogia na Escola: um estudo de caso da atuação de uma professora na inclusão de alunos com deficiência”, inserido na linha de pesquisa vinculada a Psicologia da Educação e Educação Especial e tem o objetivo de analisar como a Psicopedagogia tem contribuído na prática pedagógica de uma professora no processo de inclusão dos alunos com deficiência na Escola Antônio de Oliveira Gordo.

Além disso, por meio dessa pesquisa pretendemos identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora voltadas para inclusão de alunos com deficiência e analisar como os conhecimentos psicopedagógicos estão presentes nessas práticas. E investigar em que aspectos a psicopedagogia, presente na atuação da professora, tem contribuído na inclusão dos alunos com deficiência.

Sendo que, o interesse em pesquisar sobre tal temática foi pelo fato de já ter uma curiosidade com relação as formas distintas que possuímos na forma em que agimos e assimilamos o mundo ao nosso redor, sobretudo, nas dificuldades em que alguns alunos têm para aprender e tenho como objetivo dá continuidade a esse campo de estudo na minha pós-graduação.

Após estudar duas disciplinas, que foram “Psicologia da Educação” e “Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem”, fui direcionado a conhecer mais sobre essa questão. Dessa forma, a partir de pesquisas realizadas tive o contato com a Psicopedagogia, uma área de atuação que lida com as peculiaridades na aprendizagem, o que nos possibilitou a desenvolvermos este trabalho.

Com isso, essa pesquisa contribuiu para a minha formação acadêmica e para minha vida profissional, pois foi possível conhecer de forma mais aprofundada sobre o olhar psicopedagógico voltado para o processo de ensino-aprendizagem e os desafios que o professor enfrenta na relação com os seus alunos para ajudá-los a se desenvolverem. Também, me possibilitou ter acesso às práticas pedagógicas que são realizadas no universo da inclusão social.

Foi possível adquirir experiências que serão fundamentais para que eu tenha êxito nas minhas práticas e desenvolva um trabalho levando em consideração as peculiaridades de cada aluno na aprendizagem, sobretudo, de alunos com deficiência. Por isso, foi relevante realizar essa pesquisa no intuito de receber e construir mais conhecimentos sobre essa temática.

Diante disso, na área da educação, por exemplo, os conhecimentos psicopedagógicos são essenciais para atuar na aprendizagem, para conhecer as subjetividades de cada indivíduo, compreender porque somos diferentes e aprendemos de formas distintas. O Psicopedagogo faz esse papel dentro da educação, busca conhecer mais sobre os educandos, entender como eles aprendem com o intuito de ajudá-los na superação das suas dificuldades de aprendizagem (BOSSA, 2000).

Neste sentido, na esfera da inclusão, também, as necessidades de cada indivíduo precisam ser supridas, o outro precisa ser compreendido nas suas peculiaridades (BRASIL/MEC, 2001). Na aprendizagem dos alunos com deficiência essa perspectiva é levada em conta, entende-se que eles são iguais aos demais, no entanto, possuem características próprias que de alguma forma interferem no seu desenvolvimento (BEYER, 2006).

Por isso, é necessário que haja um atendimento para que esses alunos se desenvolvam e aprendam. Haja vista que, se esse sujeito não aprende, logo as suas notas serão baixas e os resultados de todo o trabalho desenvolvido pela escola não terá relevância, e os mesmos poderão se sentir incapazes e abandonarão os estudos (ARANHA, 2004).

Além disso, a escola deve ser acessível, contribuir para educação dos alunos com deficiência e para que eles se sintam parte do convívio social. Se o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pela escola for bem-sucedido, haverá qualidade na educação, esses alunos se sentirão capazes para continuar estudando e buscarem se inserirem na sociedade.

Dessa forma, a instituição escolar precisa estar preparada para garantir a permanência dos alunos com deficiência e propor ações para a inclusão dos mesmos. Também, esses indivíduos carecem de um auxílio especial para que eles possam se desenvolver, ter a capacidade de se inserir no meio social e buscar a sua autonomia, sendo que os mesmos historicamente foram segregados (BEYER, 2006).

Ressaltamos que essa necessidade de inclusão social de alunos com dificuldades no seu desenvolvimento, sejam eles deficientes ou não, nas instituições escolares, é um dos motivos que sustenta a proposta encaminhada ao Congresso Nacional (atualmente está em tramitação no Senado) que foi viabilizada pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) sobre a regulamentação do exercício profissional do psicopedagogo (CAMPOS, 2000).

Dito isso, a inquietação para realização dessa pesquisa consiste no fato de que a inclusão de todos os alunos é um elemento essencial para a qualidade da Educação e para o desenvolvimento da pessoa com deficiência. Com isso, surgiu algumas reflexões acerca dessa temática.

Por exemplo, como os professores tem desenvolvido as suas práticas voltadas para esse público? A formação desses profissionais tem sido suficiente para eles atuarem na aprendizagem de alunos com deficiência? Como os conhecimentos psicopedagógicos podem contribuir nesse processo de inclusão? Qual o papel da psicopedagogia dentro da escola para a aprendizagem desses alunos? Neste sentido, é válido levar em consideração tais questionamentos, apesar de que essa pesquisa não tem o objetivo de responder essas perguntas, são apenas reflexões a serem feitas, não descartando que elas são significativas.

A partir disso, é relevante afirmar que atualmente muitos são os desafios da escola para lidar com esse novo público, para se tornar inclusiva e desenvolver práticas pedagógicas para aprendizagem dos alunos com deficiência, sobretudo, em ter professores com formação para atuarem na área da educação especial.

Neste sentido, como as escolas tem atuado com esses alunos que precisam serem atendidos quanto as suas necessidades na aprendizagem? Apenas a graduação tem sido o suficiente para que os professores estejam prontos para ensinar a criança ou o adolescente com necessidades especiais? E como o professor lida com essa questão? Será que um professor que tenha especialização em psicopedagogia contribuirá com a escola para auxiliar esses alunos? São questões a serem pensadas, porém, já delimitamos o que será investigado no início desse trabalho, não descartando a relevância dessas reflexões.

Com isso, essa pesquisa contribuirá significativamente com a sociedade, sobretudo, na esfera da inclusão social, para que os cidadãos e a comunidade escolar se sensibilizem com essa causa. Para que vivamos em uma realidade em que o outro seja respeitado nas suas diferenças, independente da sua condição física, mental, intelectual, econômica e cultural, sobretudo, que se preserve o respeito para com a pessoa com deficiência. Além disso, que a escola seja um espaço de inclusão e não de segregação.

Também, desenvolvemos novos conhecimentos vinculados a esse tema, para que tanto as escolas como os professores e sociedade fiquem por dentro dos conhecimentos voltados para a Psicopedagogia. Além disso, sobre a atuação do

Psicopedagogo e como o mesmo pode contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência na escola e na sociedade.

Ainda assim, para que os cursos de formação em Pedagogia sejam beneficiados com as informações que produzimos nessa pesquisa. Que esses conhecimentos possibilitem a reflexão e novas perspectivas, visando uma formação mais consistente, onde a Psicopedagogia seja vista como um elemento essencial no processo de inclusão de alunos que apresentem algum problema na sua aprendizagem. Consolidando ainda mais a literatura desse objeto de estudo e fortalecendo essa área de conhecimento.

Essas informações ajudarão, também, na consolidação da identidade de atuação do psicopedagogo, pois este ainda está lutando para distinguir o seu campo de trabalho com relação aos outros profissionais envolvidos na atuação quanto aos problemas de aprendizagem. Segundo Bossa (2000), “em razão exatamente da presença de profissionais diversos, o psicopedagogo enfrenta dificuldades em construir uma identidade própria” (p. 57).

Dessa forma, descreveremos como foi realizada esta pesquisa, destacando os objetivos propostos para que busquemos respostas sobre a problemática abordada neste trabalho. Também, falaremos quais os instrumentos que utilizamos para coletar os dados e de que forma estes foram analisados.

Neste sentido, a modalidade de pesquisa utilizada neste trabalho foi o Estudo de Caso, onde investigamos o caso de uma professora com especialização em Psicopedagogia. Sendo que, essa professora não exerce a função de professora regente de turma e não é lotada como psicopedagoga, porém, trabalha como PAE (professora auxiliar de educação especial). Essa docente foi remanejada pela SEMED do município e atua no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência na escola, pelo fato de essa profissional ser especializada em Psicopedagogia.

No Estudo de caso busca-se conhecer uma realidade local e temporal que se difere em um olhar global, algo novo e inusitado com características distintas e bem significativa. Para isso é necessário delimitar o objeto de estudo a ser pesquisado, fazendo com que o pesquisador tenha um foco na sua ida a campo e colete as informações para melhor compreender a temática proposta.

Ventura (2007), conceitua o estudo de caso da seguinte forma:

[...] O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. (p. 384) [...]. O que torna exemplar um estudo de caso é ser significativo, completo, considerar perspectivas alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de uma maneira atraente. (p. 385)

Por isso, buscamos delimitar o objeto de estudo abordado, com base em um caso específico de atuação docente referente a utilização dos conhecimentos da Psicopedagogia e contextualizamos essa questão relacionando com a atual realidade desta área de conhecimento. Com o intuito de trazer de forma detalhada as informações significativas obtidas nesta pesquisa e construir conhecimentos novos e distintos a partir dessa realidade.

A priori é relevante se compreender o conceito do que é uma pesquisa e qual a sua utilidade, antes de nos debruçarmos em outras questões. Gil (1999), define a pesquisa como sendo um:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...] A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos [...] ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (*Apud* JÚNIOR e JÚNIOR, 2011, p. 238)

Por isso, buscamos dar respostas as questões apresentadas neste trabalho, a partir da utilização de métodos, técnicas e procedimentos que foram pré-definidos. Passando por diversas etapas, desde a construção da problemática à apresentação dos resultados, com o intuito de dar cientificidade a essa pesquisa.

Vale ressaltar que utilizamos uma abordagem qualitativa, para que fosse realizado a coleta de dados, sobre como os conhecimentos psicopedagógicos estão presentes nas práticas pedagógicas da professora na inclusão dos alunos com deficiência. Com intuito de através dessas amostras, novas informações aprofundadas e ilustrativas fossem produzidas. Deslauries (1991), afirma que:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. (*Apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Neste sentido, percebemos que em uma pesquisa qualitativa não se tem tanta preocupação com a quantificação dos dados, seu objetivo é observar, descrever, compreender e dar significados aos dados coletados e no fenômeno analisado. Como coloca Gerhardt e Silveira, “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (2009, p. 32).

Além disso, essa pesquisa possui, também, um caráter descritivo com o intuito de descrever de forma detalhada como a escola Antônio de Oliveira Gordo oferta o atendimento especializado para os alunos com deficiência e as práticas desenvolvidas pela professora com especialização em Psicopedagogia. Segundo Triviños (1987), “a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (*Apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35).

As fontes utilizadas para o embasamento desse trabalho foram livros, artigos, sites, revistas, dissertações e teses. Sendo que, foi realizada uma pesquisa bibliográfica prévia para fazer um levantamento teórico do tema a ser pesquisado para que fosse possível formular o problema de investigação e para construção do referencial teórico. Com base nisso, foi definido os objetivos deste trabalho para que pudéssemos ter uma clareza dos dados coletados na ida a campo e com o intuito de alcançar os resultados almejados. Dito isso, falaremos sobre onde ocorreu a pesquisa e os indivíduos que fizeram parte da mesma.

Neste sentido, o *lócus* da pesquisa foi a Escola Antônio de Oliveira Gordo, localizada no município de Moju-PA, bairro: Pedreira; Avenida das Palmeiras, nº 185. Os sujeitos participantes são a professora com formação em Psicopedagogia, que a chamaremos no decorrer deste trabalho de “Professora H”. Também, a Coordenadora Pedagógica da escola pesquisada, que identificaremos como “Coordenadora G”.

O procedimento utilizado para a coleta dos dados na ida campo para maior compreensão do tema estudado, foi a entrevista. Sendo que, o modelo de entrevista aplicado na pesquisa foi do tipo semiestruturada. Segundo Belej, Paschoal, Nascimento e Matsumoto (2008), esse tipo de entrevista:

[...] é direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas [...] Um dos modelos mais utilizados é o da entrevista semi-estruturada, guiada pelo roteiro de questões, o qual permite

uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. (p. 189)

. Neste sentido, para compreender como a professora atua na inclusão dos alunos com deficiência, como essa docente utiliza os conhecimentos psicopedagógicos na sua atuação e como a Psicopedagogia tem contribuído nesse processo de inclusão, foram realizadas entrevistas individualmente com a Professora “H” e com a Coordenadora “G”, que trabalha nessa escola desde 2008.

Inicialmente entrevistamos a Coordenadora “G” e em seguida a Professora “H”. Perguntas prévias destinadas ao foco da pesquisa foram elaboradas antecipadamente. Porém, desenvolvemos tais perguntas de maneira minuciosa para que o entrevistado não se constrangesse e acabasse não revelando a realidade do objeto estudado. Além disso, as falas das entrevistadas foram gravadas por meio de aparelho de gravador de áudio e transcritas.

Para analisar os dados coletados na entrevista, utilizou-se a análise de conteúdo, para trazer uma maior confiabilidade e objetividade nos resultados que obtivemos. Bardin (2006), conceitua a análise de conteúdo como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/percepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p.42)

Dessa forma, a análise de conteúdo está dividida em fases que estão organizadas cronologicamente, que são as seguintes: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, que são a inferência e a interpretação.

A pré-análise pode ser compreendida, segundo Bardin (2006), como a etapa de organização, com o intuito de propor esquemas para realizar as atividades de análise de forma precisa, escolhendo os instrumentos necessários. Nessa fase é feita a leitura “flutuante”, onde é feito a seleção dos documentos que serão analisados, a criação das hipóteses e a dos objetivos e a elaboração dos indicadores que embasem a interpretação final.

Bardin (2006), descreve de forma ainda mais precisa sobre este tipo de leitura:

A primeira atividade consiste em estabelecer com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura <flutuante> [...] Pouco a pouco, a leitura vai

se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos. (p. 96).

Inicialmente selecionamos os documentos, neste caso, as informações obtidas através das entrevistas com a Professora “H” e com a Coordenadora “G”, as mesmas foram transcritas para a construção do corpus do texto com o intuito de serem submetidas à análise. Segundo Bardin (2006), “o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (p. 96).

Além disso, realizamos esse processo mediante algumas regras, como coloca Bardin (2006): a exaustividade, nela não se deve deixar de fora qualquer um dos elementos por nenhuma razão que não pode ser justificado no plano do rigor; a representatividade, a amostra deve representar o universo, estas serão generalizadas ao todo; a homogeneidade, os dados devem referir-se ao tema de forma homogênea, assim como, para as técnicas e os indivíduos entrevistados; a pertinência, os documentos precisam moldar-se aos objetivos da pesquisa; e a exclusividade, onde um elemento não deve se classificado em diferentes categorias (BARDIN, 2006).

Com isso, analisamos os dados a partir das questões norteadoras levantadas neste trabalho, que são: Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora voltadas à inclusão de alunos com deficiência? Como os conhecimentos psicopedagógicos adquiridos na sua formação estão presentes nessas práticas? Em que aspectos a Psicopedagogia, presente na atuação da professora, tem contribuído na inclusão dos alunos com deficiência? Também, com base no seguinte objetivo: de analisar como a formação em Psicopedagogia tem contribuído na prática pedagógica de uma professora no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Após esses procedimentos, vem a próxima fase, chamada de exploração do material. Nesta etapa são selecionadas as unidades de codificação, que é entendida como a escolha das unidades de registro (recorte das entrevistas), a enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação (semântica ou linguística) e a agregação (escolha das categorias). Como afirma Bardin (2006), sobre a codificação:

[...] A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permiti atingir uma representação do conteúdo, ou uma da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...] (p. 103)

A partir disso, foi feito o recorte das entrevistas adotando a classificação de natureza semântica, ou seja, a partir de temas encontrados no corpus do texto, com base no referencial teórico construído. Segundo Bardin (2006), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (p.105).

Além disso, pré-definimos as seguintes categorias a partir das questões norteadoras para que fossem adotadas para a análise dos dados, as quais foram: as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora, utilização dos conhecimentos psicopedagógicos e os aspectos da psicopedagogia que contribuem na inclusão dos alunos com deficiência. Para Bardin, “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com critérios previamente definidos” [...] (2006, p. 117). A partir disso, colocamos lado a lado com as categorias que surgiram na exploração dos dados empíricos e juntamos em quadros.

Por fim, tratamos os dados por meio da inferência e da interpretação, com base nos resultados brutos, tornarmos significativos e válidos as informações obtidas. Para que fosse possível alcançar um maior rigor, essas informações passaram foram selecionadas à luz do referencial teórico construído, possibilitando estabelecer quadros de resultados.

Neste sentido, segundo Bardin (2006), a interpretação vai além do conteúdo das entrevistas conhecidos previamente, haja vista que o objetivo é de conhecer o que está por traz do conteúdo evidente. Já, a inferência é norteada pela a atração da comunicação, é um instrumento de indução (roteiro de entrevistas) com o propósito de se investigarem as causas (variáveis inferidas) com base nas consequências (variáveis de inferência ou indicadores, referências). Portanto, a relação entre os dados coletados e a fundamentação teórica deram sentido a interpretação, sobretudo, para a análise dos dados.

A partir disso, esse trabalho foi organizado em dois capítulos, no primeiro tratamos sobre o histórico da Educação Especial até a sua consolidação na perspectiva da Inclusão e as práticas inclusivas voltadas para a educação de alunos com deficiência. Também, apresentamos os resultados da pesquisa referente a atuação da Professora “H” com esses discentes, contextualizando com a oferta das professoras PAEs por parte da escola em que essa docente atua.

No segundo, abordamos o histórico da Psicopedagogia desde o seu surgimento na Europa e a sua chegada ao Brasil, a questão da Psicopedagogia no âmbito escolar e o psicopedagogo na sua atuação inclusiva. Além disso, os resultados com relação a presença e as contribuições desta área de conhecimento nas práticas desenvolvidas pela professora “H”.

2 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Histórico da Educação Especial até a sua inserção ao Paradigma de Educação Inclusiva

Para entendermos sobre as práticas pedagógicas voltas para a inclusão de alunos com deficiência, é necessário fazer uma breve contextualização de como se iniciou o atendimento educacional especializado a pessoa com deficiência, a sua chegada ao Brasil até ser incluído na política nacional brasileira de educação se tornando uma modalidade de ensino em uma perspectiva de inclusão.

Dessa forma, a Educação especial é uma modalidade de educação voltada para atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas suas necessidades especiais. Nas políticas educacionais brasileiras, esse direito é garantido, atualmente, na lei maior que rege a educação nacional, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, chamada de Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, sobretudo, nos artigos 58º e 59º, onde todas as escolas devem garantir o ingresso desses alunos e a sua permanência nas instituições de ensino, oferecendo acessibilidade aos mesmos tanto estrutural como pedagógica (BRASIL/MEC).

A garantia desse direito por parte da pessoa com deficiência foi fruto de conquistas, pois não havia atendimento especializado para esse público. Por falta de conhecimento sobre as deficiências, por influência da religião que via tais indivíduos como imperfeitos e não “parecidos com Deus”, devido aos seus atrasados físicos e mentais, fazia com que os mesmos fossem excluídos da sociedade e até mesmo marginalizados (MAZZOTTA, 2001).

Além disso, havia uma grande omissão da sociedade para realizar serviços para atendê-los, pois a situação em que esses sujeitos viviam era considerada como impossível de ser mudada, não acreditavam que estes poderiam se desenvolver e superar as suas limitações. Mazzota (2001), enfatiza que:

Por outro lado, observa-se que um consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de ‘incapacitado’, ‘deficiente’, ‘inválido’ é uma condição imutável, levou à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às

necessidades individuais específicas dessa população. (MAZZOTTA, 2001, p. 16)

Neste sentido, compreendemos que pelo motivo de não olharem para as pessoas com deficiência como sujeitos capazes de se inserirem na sociedade, por não terem o entendimento das suas deficiências e pela incredulidade quanto ao desenvolvimento deles, não era oferecido um atendimento adequado para ajudá-los nas suas necessidades específicas.

A partir disso, segundo Mazzotta (2001), os primeiros indícios de atendimento aos deficientes (cegos, surdos, deficientes mentais e físicos) surgem na Europa em meados do século XVIII a partir das mudanças de atitudes sociais por parte da sociedade para conscientizar, incentivar e propor ações para atender as necessidades especiais desses sujeitos, que foram se consolidando em medidas educacionais. Isso possibilitou a criação de clínicas de atendimento especializado, sobretudo, de escolas para pessoas deficientes.

Esse movimento foi se espalhando por outros países como Estados Unidos e Canadá até chegar ao Brasil no século XIX, porém, a inserção da educação especial na política educacional brasileira só veio a acontecer na metade do século XX, mais especificamente no final dos anos 50 e início da década de 60. Esse atendimento educacional se consolidou com a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), onde a mesma garante a inserção de alunos com deficiência na escola regular (MAZZOTTA, 2001).

No entanto, o atendimento inicialmente da pessoa com deficiência deu-se a partir de um olhar médico ou clínico. Esses sujeitos eram vistos como doentes, atrasados, onde sua deficiência era considerada uma doença e até quando se referia a questão educacional não se tinha muita perspectiva com relação ao desenvolvimento social dos mesmos. Esse atendimento era terapêutico e quanto a educação, voltava-se apenas para a alfabetização (GLAT e FERNANDES, 2005).

Com os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, voltadas para a modificação de comportamento e controle de estímulos, começou a ser desenvolvidas novas práticas pedagógicas para a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos com deficiência, proporcionando mais condições para eles se adaptarem a sociedade. Com isso, houve um rompimento com o modelo médico, pois percebeu-se que esses alunos poderiam aprender e se desenvolver, podendo ser educados. Assim nasce o modelo educacional, onde começa a se institucionalizar a Educação

Especial no Brasil, criando-se as escolas especializadas (GLAT e FERNANDES, 2006).

No entanto, os alunos com deficiência ficavam em espaços diferentes, não sendo ingressados nas escolas regulares, isso fazia com que eles fossem segregados dos demais, impedia o desenvolvimento integral desses indivíduos, pois eles precisavam está em contato com os demais para poderem alcançar níveis mais avançados de conhecimento.

Essa questão se fundamenta na ideia de que o desenvolvimento da criança consiste em boas interações sociais no meio onde ela está inserida, nas trocas de experiências, na diversidade das pessoas ao seu redor. Essa percepção se dá a partir da teoria sociohistórica de Vygotsky. Como coloca Beyer (2006):

A premissa básica da qual Vygotsky parte para encontrar-se no cerne de sua teoria sociohistórica, isto é, de que para o desenvolvimento infantil, e humano em geral, a *sociogênese* é condição fundamental. A condição para que a criança passe por transformações essenciais, que se tornem capaz de desenvolver estruturas humanas fundamentais, como as do pensamento e da linguagem, apoia-se na qualidade das interações sociais em seu grupo (família, escola, etc.) (p. 11).

Beyer (2006), afirma ainda que:

Assim, a escolarização das crianças com deficiência em grupos de crianças “especiais”, com condição individual similar, acabaria por provocar um processo de limitação psicossocial, na medida em que as trocas interpsicológicas se restringiriam às feitas no grupo de “iguais”. Vygotsky criticava, evidentemente, tal postura pedagógica. (p. 12).

Neste sentido, com base nessas argumentações colocadas por Beyer (2006) sobre Vygotsky, com relação as necessidades das interações que os alunos com deficiência deveriam ter com os demais, deu-se fundamento para que esse modelo educacional de segregação passasse a ser questionado. Com isso, começaram a buscar meios pedagógicos para inserir esses indivíduos nas escolas regulares. Isso ocorreu através das políticas de integração com o objetivo de preparar os alunos com necessidades especiais das escolas especializadas para o seu ingresso nas turmas regulares, recebendo atendimentos em salas de recursos. Esse modelo de Educação foi considerado como o de Integração (GLAT e FERNANDES, 2005).

Dessa forma, para que inserção desses alunos fosse, de fato, concretizada, foi adotado um novo modelo educacional, chamado de Educação Inclusiva. Esse novo

paradigma foi conquistado a partir de lutas pelos direitos da pessoa com deficiência e pelo respeito a diversidade.

Para Rodrigues (1999), o paradigma da Educação Inclusiva tem como pressuposto básico a diversidade humana, levando em consideração que as pessoas devem habituar-se entre si independentemente de suas diferenças, organizando-se de uma forma em que todo o suporte necessário às diferenças individuais seja oferecido.

Sobre esse paradigma, Leite e Martins (2008), afirmam que:

A inclusão escolar está inserida em um movimento mundial denominado inclusão social, que tem como objetivo efetivar a equiparação de oportunidade para todos, inclusive para os indivíduos que, devido às condições econômicas, culturais, raciais, físicas ou intelectuais, foram excluídos da sociedade. (p. 66)

Dessa forma, compreendemos que a inclusão visa incluir não somente os alunos com deficiência, mas está ligada com a educação para todos independentemente das suas condições em que se encontram. Também, sobre o respeito as diferenças econômicas, culturais, raciais, físicas e intelectuais, acrescentamos ainda, as de gênero.

A consolidação desse paradigma se deu a partir da Conferência Mundial de Educação Especial, que aconteceu em Salamanca na Espanha, no período de 7 a 10 de junho de 1994, que teve como resultado um documento chamado “A Declaração de Salamanca”. Este documento propunha-se que os alunos com necessidades especiais deveriam ter acesso as escolas regulares (BEYER, 2006).

Além disso, nesse documento diz que a Educação inclusiva percorre o princípio de respeito a diversidade e as distintas necessidades dos educandos, enfatiza que:

todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades (BRASIL/MEC, 2001).

Dito isso, na perspectiva da Inclusão, portanto, a educação especial se configura não como algo paralelo ao ensino comum, mas se torna algo permanente e

presente nas intuições regulares para os alunos com necessidades especiais e para toda a comunidade escolar, sobretudo, para os professores. Como isso, a inclusão dos alunos com deficiência na escola, faz com que o projeto político pedagógico, os currículos, as práticas pedagógicas e as avaliações, sejam adaptadas, buscando desenvolver atividades que atendam todos os alunos e beneficiem a inclusão social.

2.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas

Considerando o que foi dito no tópico anterior, para implementar o paradigma de educação inclusiva não é algo simples, pois mesmo que haja uma legislação considerada bastante consolidada com relação aos padrões internacionais e que se tenha políticas/diretrizes para a realização de práticas inclusivas, não garante que a inclusão vai ocorrer. Para que isso se torne realidade, as escolas devem se reestruturar, modificar as suas práticas educativas e a sua estrutura (GLAT, PLETSCHE e FONTES, 2007).

No entanto, antes de adentrarmos nas práticas pedagógicas inclusivas, precisamos conceituar em que consiste a prática pedagógica. Veiga (1989), define a prática pedagógica como uma prática social, a autora afirma que:

Entendendo a prática pedagógica como uma prática social orientada por finalidades e objetivos, finalidades de conhecimentos e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática [...] (p. 16).

Veiga (1989) coloca ainda que:

A prática pedagógica é, na verdade, atividade teórico-prática, ou seja, formalmente tem um lado ideal, teórico, idealizado enquanto formula anseios onde está presente e subjetividade humana, e um lado real, material, propriamente prática, objetivo [...] (p.17).

Dessa forma, a parte teórica, dentro da prática pedagógica, é representado através de um conjunto de ideias formadas pelas teorias pedagógicas, sistematizado a partir da prática desenvolvida no interior das condições concretas de vida e de trabalho. Porém, os objetivos são constituídos pelos conjuntos de meios, ou seja, de metodologias que são utilizadas para que os professores coloquem em ação as teorias pedagógicas (VEIGA, 1989).

Para Sacristán e Gómez (1998), a prática pedagógica é:

[...] processo de ação e de reflexão cooperativa, de indagação e experimentação, no qual o professor/a aprende e ensina porque aprende, intervém para facilitar, e não para impor, nem substituir a compreensão dos alunos/as, a reconstrução do seu conhecimento experiencial; e ao refletir sobre a sua intervenção exerce e desenvolve sua própria compreensão. (p. 379)

Neste sentido, percebemos que a prática pedagógica está relacionada com a práxis educativa, que é a relação entre teoria e prática. É formada por duas esferas, as teorias pedagógicas e pelas metodologias que são utilizadas para concretizar esses conhecimentos.

Essas práticas são desenvolvidas por meio da ação da escola, sobretudo, dos professores que irão ensinar os alunos e aprender ao mesmo tempo, construindo conhecimento e refletindo sobre as suas práticas. Essas práticas são feitas intencionalmente para fins educacionais em uma perspectiva social, ou seja, a prática pedagógica como prática social.

Com isso, para Leite e Martins (2008), a prática pedagógica na perspectiva da inclusão, deve levar em consideração que as distintas maneiras de aprender enriquecem os processos de ensino e aprendizagem. Através dessas práticas, os docentes assumem um papel importante na superação das práticas discriminatórias nas instituições escolares. Esses autores colocam ainda que:

Maneiras diversificadas de organização do tempo, das metodologias de ensino e dos espaços pedagógicos na sala de aula, do planejamento individual do aluno e da organização do projeto pedagógico da escola, devem ser consideradas como aspectos importantes na flexibilização do ensino aqueles que, por muito tempo, permaneceram à margem do processo escolar. (LEITE e MARTINS 2008, p. 69)

Além disso, as práticas pedagógicas dos professores para a aprendizagem dos alunos com deficiência devem ser diferenciadas, com metodologias adaptadas e que contemplem as necessidades especiais desses indivíduos, pois os mesmos podem aprender assim como os demais, mas possuem características diferentes na sua aprendizagem. Não são pessoas atrasadas ou com déficit, no entanto, elas possuem peculiaridades que podem dificultar na sua aprendizagem significativa (BEYER, 2006).

Logo, o docente precisa se dispor a conhecer sobre o sujeito em que ele está ensinando, principalmente ter conhecimento sobre como esses alunos aprendem de maneira significativa e de que forma ele poderá intervir na sua realidade para que esses indivíduos se desenvolvam.

No entanto, para que sejam realizadas essas práticas inclusivas em uma instituição escolar não depende apenas dos professores, pois toda a escola precisa abraçar a causa, como foi dito acima. Na verdade, as instituições em si, devem agregar uma cultura de inclusão, desde a preparação dos professores, coordenadores e gestores, também, possuindo uma estrutura acessível para que a locomoção de todos os alunos seja viável. Glat, Pletsch e Fontes (2007), enfatizam que:

Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino. (p. 344).

Com base nisso, é necessário que a escola incorpore no seu projeto político pedagógico e nas suas práticas educativas os princípios da inclusão, como o respeito e a diversidade as distintas deficiências e aos “ritmos diferentes”, como afirmam Glat, Pletsch e Fontes (2007). A cultura escolar deve ser norteadas por essas diretrizes para que toda a comunidade que compõe essa instituição (professores, demais alunos, pais, gestores, coordenadores e os outros funcionários técnicos) sejam conscientizados sobre essas questões.

Segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007), a educação inclusiva vai muito além de um modelo de educação, enfatizam que:

[...] mais do que uma nova proposta educacional, a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa o desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos, independente de suas condições intrínsecas ou experiências prévias de escolarização [...] (p. 344).

A partir disso, compreende-se nessa concepção de escola com uma cultura inclusiva, que não são os alunos que devem se adaptar as práticas pedagógicas, diretrizes e políticas das instituições escolares. No entanto, estas por sua vez, devem se dispor a darem respostas por meio de práticas educativas que alcancem as

necessidades desses discentes, levando em consideração as suas diferenças, sobretudo, dos alunos com deficiências.

Dessa forma, a Educação Especial na perspectiva da inclusão, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, busca atender as necessidades dos alunos com deficiência. Com o intuito de ajuda-los a serem inseridos no cotidiano escolar, quebrando as barreiras da discriminação social e mostrando que eles podem aprender.

Além disso, segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007), esse modelo de educação é composto por uma série de saberes teóricos e práticos. Que são desenvolvidos por meio metodologias, estratégias de ensino, recursos didáticos, avaliações e currículos adaptados, para a realização do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência que estão inseridos na escola.

Por isso, não basta que os alunos com deficiência estejam apenas matriculados nas escolas regulares e estejam em interação com os demais alunos. Todavia, faz-se necessário que estas instituições educativas olhem para os problemas que esses indivíduos possuem na aprendizagem e no desenvolvimento, para que sejam proporcionados os suportes necessários com o intuito de fazer com que esses sujeitos consigam obter resultados significativos. Como colocam Glat, Pletsch e Fontes (2007):

Cabe enfatizar, porém, que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (p. 344-345).

Neste sentido, compreendemos que a inclusão dos alunos com deficiência vai além do fato de que esses sujeitos estejam na escola, mas que estes sejam vistos dentro desse ambiente assim como os demais e que sejam respeitados apesar de possuírem características diferentes. Além disso, as instituições escolares devem atentarem-se para as peculiaridades na aprendizagem e desenvolvimento, auxiliando-os por meio de práticas inclusivas, sobretudo, se reestruturando para receber esse público.

2.3 Atendimento especializado na Escola Antônio de Oliveira Gordo

Em 3 de junho de 2009 a Câmara do Deputados aprovou o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro 2008, para que a partir de 2010 fosse distribuído recursos do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) com base nos dados obtidos pelo INEP no Censo Escolar, para o incentivo da União na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por parte dos Distrito, Estados e Municípios por meio dos seus sistemas de ensino. Neste documento consta ainda as diretrizes operacionais regulamentando o AEE na Educação básica na modalidade Educação Especial (BRASIL/MEC)

O Atendimento Educacional Especializado na concepção de Educação Inclusiva tem como objetivo superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum. Esse atendimento é ofertado em todos os níveis, modalidades e etapas de ensino, sendo que ocorre sempre no contra turno da turma regular dos alunos que necessitam desse apoio. Tendo um caráter complementar ou suplementar na formação desses sujeitos nas classes comuns por meio da disponibilização de serviços de apoios pedagógicos adaptados, buscando as suas autonomias e independências na escola e fora dela (BRASIL/MEC).

Além disso, o AEE tem como público alvo alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, com intuito de sanar as barreiras para a plena participação dos alunos na sociedade e que esses indivíduos desenvolvam as suas aprendizagens, considerando as suas necessidades específicas. Também, deve se integrar a proposta pedagógica da escola, ter a participação da família e ser desenvolvido em consonância com as demais políticas públicas (BRASIL/MEC).

Com isso, as atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, porém, isso não substitui a escolarização dos alunos. Este atendimento deve acontecer mediante a matrícula dos alunos nas classes regulares e no AEE, desenvolvido em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL/MEC).

Ressaltamos ainda os serviços de apoio pedagógico que estão descritos nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, que é um pouco diferente do AEE. Nesse documento diz que esse tipo de atendimento pode ocorrer no acompanhamento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio dos professores com formação em educação especial a nível de especialização em parceria com os professores das classes comuns. O objetivo é atender as necessidades educacionais especiais dos alunos assistidos, durante os processos de ensino aprendizagem desenvolvidos durante as aulas no turno em que esses sujeitos foram matriculados (BRASIL/MEC).

A partir disso, descreveremos as informações obtidas sobre a oferta do atendimento especializado na Escola Antônio de Oliveira Gordo. Com o intuito de apresentarmos, inicialmente, os resultados obtidos das entrevistas que foram realizadas, referente a categoria “Práticas Pedagógicas Inclusivas”. Fazendo uma discussão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora “H” na inclusão dos alunos com deficiência na escola, a partir do referencial teórico enfatizado nos tópicos anteriores.

A Escola Antônio de Oliveira Gordo, atualmente, não possui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que poderia vir a contribuir para o avanço na aprendizagem dos alunos com deficiência. Devido essa ausência, a escola é levada a pensar em práticas inclusivas por meio da oferta das professoras PAEs, professoras auxiliares especializadas, assim chamadas pela coordenação da escola.

Essas profissionais atuam no acompanhamento dos alunos com deficiência dentro das classes regulares nos processos de ensino-aprendizagem realizados pelos professores de cada disciplina. Além disso, desenvolvem projetos, pesquisas, aulas adaptadas e recursos pedagógicos adaptados. Com o intuito de que o aluno aprenda com êxito e supere suas limitações e dificuldades na aprendizagem.

A Escola Antônio de Oliveira Gordo atende os alunos dos anos do fundamental maior, a partir do 6º ao 9º ano, nos turnos da manhã e tarde. Sendo que, atualmente, são atendidos por essa instituição de ensino, cerca de 670 alunos, dentre esses, são assistidos 13 alunos com deficiência. Esses discentes apresentam distintas deficiências, assim distribuídas: 3 Surdos, 3 Autistas, 1 com deficiência física, 8 com deficiência Intelectual e 1 com Síndrome de Down.

Esta instituição de ensino começou a matricular os alunos com deficiência em 2010, pois a mesma ainda não havia tido esse público presente em seu cotidiano. Isso se consolidou em 2013, quando houve uma grande demanda desses discentes com vários tipos de deficiência. A partir disso, se repensou como incluir esses discentes de fato no processo inclusivo propriamente dito e começou-se a ser ofertado o atendimento especializado para esses sujeitos de forma concreta.

Esses indivíduos passaram a serem assistidos por meio das profissionais da área da Educação Especial, que eram chamadas de “Cuidadoras”. No entanto, com a mudança que houve na nomenclatura por parte desta escola, estas profissionais passaram a se chamar PAE, Professoras Auxiliares Especializadas, com o objetivo de realizarem um acompanhamento diferenciado para esses alunos.

Segundo o relato da Coordenadora “G”, “já passaram por essa função na escola, desde 2013, cerca de 15 profissionais para atenderem esses alunos, sendo que 5 destas estão desde de 2013 e são efetivas”, dentre essas docentes estar a Professora “H”.

Atualmente, a escola conta com 8 professoras PAEs, onde cinco destas são efetivas como foi enfatizado acima, porém, uma delas está de licença a maternidade, as demais profissionais são contratadas e ainda não terminaram a graduação. Dentre as efetivas, quatro possuem formação em Educação Especial e uma possui especialização em Psicopedagogia, que é a Professora “H”.

Essas docentes atuam nos dois turnos auxiliando os alunos com deficiência, esse atendimento ocorre juntamente com as turmas regulares em parceria com os professores regentes e em alguns momentos realizam atividades complementares fora das salas de aula, individualmente com cada um, sendo que a escola não possui o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Apesar disso, prevalece o trabalho desenvolvido junto com os demais discentes, para inclui-los no cotidiano da escola.

2.4 Práticas Pedagógicas Inclusivas desenvolvidas pela Professora “H”

Apresentaremos os resultados da pesquisa referentes a categoria “Práticas Pedagógicas Inclusivas”, com o intuito de responder a seguinte questão norteadora: Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora “H” para a inclusão de alunos com deficiência na escola? Tendo como objetivo de identificá-las a luz do referencial teórico percorrido neste trabalho.

No quadro abaixo estão as falas da professora “H” e da Coordenadora “G”, sendo que essas mensagens transmitidas foram organizadas de acordo com os temas que surgiram durante a análise dos dados, como: Práticas pedagógicas adaptadas, Práticas inclusivas e Parceria com os professores.

Quadro matricial 1 - Categoria “Práticas Pedagógicas Inclusivas”

Tema	Falas da professora “H” e da Coordenadora “G”
Práticas pedagógicas adaptadas	<p>Professora: [...] O professor, ele expõe o conteúdo na sala de aula para todos os alunos, e repassamos através de uma metodologia que seja acessível para que o aluno com deficiência aprenda [...]</p> <p>Professora: [...] as atividades são adaptadas de acordo com os conteúdos que eles trabalham em sala de aula.</p> <p>Professora: [...] No caso, o uso de imagens por exemplo, a gente pensa muito a utilização de imagens, porque isso ajuda muito, pois a maioria deles não tem o domínio da leitura e da escrita, mas da interpretação e do olhar, NOSSA! O aprendizado é ali que acontece [...].</p> <p>Professora: [...] mas de uma forma onde as atividades sejam adaptadas de acordo com a deficiência deles.</p> <p>Professora: [...] a gente usa muito o recurso do Datashow, da música, do mapa, vídeos, também, que eles gostam muito [...]</p>
Práticas Inclusivas	<p>Professora: [...] Porque eu acompanho os alunos com deficiência dentro da sala de aula, eu faço um acompanhamento individual, mas dentro da sala de aula [...] pela manhã eu acompanho dois alunos que possuem deficiência intelectual e a tarde apenas um, que é deficiente intelectual [...]</p> <p>Professora: Na verdade, só se for, no contra turno ou em alguns momentos, mas tirar eles da sala de aula não, por que a inclusão é juntamente com a turma, entendeu? A não ser que seja uma atividade ou outra que se tira da sala de aula por algumas horas, mas não de tirar todos os dias, até mesmo por que não é recomendado.</p> <p>Coordenadora: As práticas pedagógicas que a professora “H” realiza com os alunos com deficiência, se dá mais precisamente na sala de aula, no acompanhamento das atividades escolares dos alunos com deficiência. Como no acompanhamento das aulas de leitura, durante as aulas regulares e nas atividades avaliativas.</p> <p>Professora: [...] Sendo que, as atividades também envolvem alunos sem deficiência.</p>
Parceria com os professores	<p>Professora: As práticas pedagógicas elas são desenvolvidas em comum acordo com o professor de cada disciplina [...]</p> <p>Professora: [...] todas as práticas que são pensadas para o aluno dentro da sala de aula, ocorrem juntamente com o professor, formando uma parceria pensando sempre no aprendizado deles [...]</p> <p>Professora: [...] e uma das coisas muito importantes que é trabalhado dentro da sala de aula é a quebra do preconceito e o respeito as diferenças [...]</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir dos resultados apresentados identificamos que a professora “H” atua como professora auxiliar especializada dentro da sala de aula, desenvolvendo práticas educativas para suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência na escola. Essa docente faz o acompanhamento de dois alunos com deficiência intelectual pelo turno matutino e no vespertino apenas um que também tem deficiência intelectual. Como afirma a professora “H”:

[...] Porque eu acompanho os alunos com deficiência dentro da sala de aula, eu faço um acompanhamento individual, mas dentro da sala de aula [...] pela manhã eu acompanho dois alunos que possuem deficiência intelectual e a tarde apenas um, que é deficiente intelectual [...]

A Coordenadora “G” coloca ainda:

As práticas pedagógicas que a professora “H” realiza com os alunos com deficiência, se dá mais precisamente na sala de aula, no acompanhamento das atividades escolares dos alunos com deficiência. Como no acompanhamento das aulas de leitura, durante as aulas regulares e nas atividades avaliativas.

Diante disso, compreendemos que a atuação da professora “H” estar voltada para o acompanhamento de alunos com deficiência nas turmas regulares da escola, contribuindo para a inclusão desses sujeitos neste ambiente de ensino. Sendo que, segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007), o processo de inclusão ocorre quando as práticas desenvolvidas alcançam as diversas necessidades de cada discente, levando em consideração a participação desses sujeitos juntamente com os demais discentes nas turmas regulares.

Além disso, ressaltamos que a professora “H” realiza práticas adaptadas para que esses sujeitos tenham a oportunidade de terem acesso aos conteúdos trabalhados pelos professores de cada disciplina e consigam se desenvolver. Segundo essa docente, “[...] O professor expõe o conteúdo na sala de aula para todos os alunos e repassamos através de uma metodologia que seja acessível para que o aluno com deficiência aprenda [...]” e afirma ainda que “[...] as atividades são adaptadas de acordo com os conteúdos que eles trabalham em sala de aula”.

Essa docente utiliza ainda recursos pedagógicos para contribuir com a sua prática, como essa informante diz: “[...] a gente usa muito o recurso do Datashow, da música, do mapa, vídeos, também, que eles gostam muito [...]” e afirma também que “[...] a gente pensa muito a utilização de imagens, porque isso ajuda muito, pois a

maioria deles não tem o domínio da leitura e da escrita, mas da interpretação e do olhar [...]”.

Isso se encaixa no que afirmam Glat, Pletsch e Fontes (2007), de que na perspectiva da inclusão a educação especial é caracterizada por diversos saberes teóricos e práticos, onde são desenvolvidos através de metodologias, estratégias de ensino, recursos didáticos, avaliações e currículos adaptados, para que ocorra os processos de ensino-aprendizagem voltados aos alunos com deficiência, de forma que esses sujeitos tenham as suas necessidades cognitivas supridas.

Ressaltamos, que a realização dessas práticas da professora “H” ocorre por meio de uma parceria com os professores de cada disciplina, essa informante coloca que “[...] todas as práticas que são pensadas para o aluno dentro da sala de aula, ocorrem juntamente com o professor, formando uma parceria pensando sempre no aprendizado deles [...]” e diz ainda “As práticas pedagógicas elas são desenvolvidas em comum acordo com o professor de cada disciplina [...]”.

Também, a docente busca em comum acordo com os outros professores, fazer a quebra dos preconceitos e o respeito as diferenças para que os alunos com deficiência sejam respeitados pelos demais discentes. A professora “H” afirma que, “[...] uma das coisas muito importantes que é trabalhado dentro da sala de aula é a quebra do preconceito e o respeito as diferenças [...]”

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, para que ocorra a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, como metas das políticas educacionais, deve haver constantes interações entre o professor da classe comum com os professores dos serviços de apoio pedagógico especializado. Haja vista que, se isso não ocorrer, alguns discentes não terão um bom rendimento escolar que satisfaça as expectativas por parte da escola (BRASIL/MEC).

Com isso, percebemos que tem sido essencial essa parceria que a professora “H” estabelece com os professores de cada disciplina para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência. As práticas adaptadas que essa docente desenvolve, contribui para inclusão desses sujeitos nas turmas regulares, pois ela planeja a sua atuação interagindo com os demais professores, com o intuito de auxiliar nas necessidades educacionais dos discentes que são atendidos.

3 A PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA E AS INTERVENÇÕES REALIZADAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Antes de abordarmos sobre a Psicopedagogia no ambiente escolar, é necessário fazer um breve contexto histórico do surgimento da Psicopedagogia na Europa, de como se iniciou os primeiros cursos de especialização no Brasil e quais os desafios encontrados no exercício da profissão atualmente.

Além disso, compreender em quais ambientes esse profissional pode exercer a sua função, sobretudo, na sua atuação de caráter preventivo. Bossa (2000), afirma que:

Ao delimitar o campo de atuação do trabalho psicopedagógico, deve-se, no entanto, diferenciar essas modalidades de atuação, especificando as suas tarefas. Dessa forma, o trabalho psicopedagógico na área preventiva é de orientação no processo ensino-aprendizagem, visando favorecer a apropriação do conhecimento no ser humano, ao longo da sua evolução. Esse trabalho pode se dar na forma individual ou na grupal, na área da saúde mental e da educação. (p.30).

Com isso, percebemos que a atuação do Psicopedagogo dentro da escola estar voltada para a questão preventiva, onde o foco consiste na orientação dos sujeitos participantes das instituições escolares. Para que as práticas desenvolvidas por essas organizações levem em consideração as características individuais de cada ser humano.

3.1 Histórico da Psicopedagogia desde o seu início na Europa até a sua chegada no Brasil

Desde o seu surgimento, a Psicopedagogia no Brasil vem buscando o seu espaço como campo de conhecimento com o intuito de se tornar uma profissão regulamentada. Esta área da ciência começou a ser estabelecida em meio ao processo de criação de escolas especializadas, inicialmente na Europa, no século XIX, para o atendimento de pessoas com deficiência, com o atendimento de Médicos e depois de Psicólogos, para lidar com os problemas de aprendizagem e comportamentais de alunos, levando em consideração que ainda não havia referência ao termo “Psicopedagogia” (BOSSA, 2000).

Já em meados do século XX foram criados os primeiros centros psicopedagógicos, que possuíam um caráter médico e pedagógico. Estas instituições tinham o propósito de unir os conhecimentos da Psicologia, Psicanálise e Pedagogia com o intuito de obter um conhecimento integral da criança e do seu contexto social para que eles pudessem compreender o motivo do seu mal comportamento na escola ou na sua casa e assim reeduca-los. Estas práticas eram realizadas a partir da chamada “Pedagogia Curativa”, termo usado por Janine Mary (psicopedagoga francesa), que consiste em “uma ação terapêutica que considera aspectos pedagógicos e psicológicos no tratamento de crianças que apresentam fracasso escolar (BOSSA, 2000, p. 37)

Essas estratégias de “readaptação pedagógica” de alunos impulsionaram a delimitação da Psicopedagogia como uma área de conhecimento, pois houve a necessidade de um profissional com um conhecimento mais aprofundado sobre as peculiaridades que envolvem a aprendizagem (BOSSA, 2000).

Com isso, vale ressaltar que os marcos iniciais da Psicopedagogia foram caracterizados pelo uso da Medicina, Psicologia e Pedagogia. Porém, ela foi se apropriando de conhecimentos e conceitos mais complexos que foram sendo desenvolvidos acerca da aprendizagem até alcançar a esse nível teórico em que ela se encontra.

A partir disso, segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia ainda vem sendo construída como área de conhecimento, através de uma formação e ação fundamentada teoricamente. Haja vista que, a prática do psicopedagogo é realizada com base em outros campos teóricos, como: a Psicanálise, Psicologia Social, Epistemologia e Psicologia Genética, Linguística, Pedagogia e fundamentos da Neurologia. Cabe destacar, que essas áreas não surgiram necessariamente para dar respostas as questões da aprendizagem, todavia, elas concedem suporte para a uma reflexão e atuação psicopedagógica.

Neste sentido, Bossa (2000), afirma que as primeiras ideias e literaturas sobre a Psicopedagogia surgem na Europa, sobretudo, com maior rigor pelos franceses através de psicopedagogos do país, que abraçaram a causa. Como por exemplo, os trabalhos de Janine Mery (psicopedagoga francesa) e de George Mauco, (fundador do primeiro centro médico-psicopedagógico na França).

Vale ressaltar, que foram os franceses que influenciaram as primeiras práticas psicopedagógicas desenvolvidas na Argentina, estes por sua vez, foram os

precursores e que mais serviram como exemplo para que a Psicopedagogia fosse instaurado no Brasil. Atualmente, os trabalhos dos autores argentinos estão bastante presentes na literatura brasileira, como: Sara Paín, Jorge Visca, Alicia Fernandes e entre outros.

Com isso, percebemos que a identidade dos psicopedagogos brasileiros é bastante marcada pelos estudos e práticas desenvolvidos na Argentina. No entanto, se diferem em alguns aspectos, sobretudo, na formação e nas condições de trabalho, pois na Argentina a Psicopedagogia é bem mais consolidada do que em relação ao Brasil.

Na Argentina as práticas e os trabalhos com o uso da Psicopedagogia começaram antes mesmo de serem criados os primeiros cursos de formação. Diferentes profissionais que já trabalhavam com a educação começaram a realizar atividades visando resolver o fracasso escolar, pois perceberam a necessidade de ocupar um espaço de trabalho entre pedagogos e psicólogos (BOSSA, 2000).

Além disso, como os psicólogos não podiam clinicar, se inclinaram para a educação como um campo eficaz de trabalho e passaram a se dedicar na criação de metodologias para as dificuldades de aprendizagem, que gerou à atual Psicopedagogia (SILVA, 1991 *apud* BOSSA, 2000). Vale ressaltar que a cidade de Buenos Aires, foi a pioneira a ofertar uma Faculdade de Psicopedagogia na Argentina.

No Brasil, por sua vez, os primeiros cursos de especialização em Psicopedagogia, com o propósito de sanar lacunas na formação de Psicólogos e professores que atuavam intervindo nos problemas de aprendizagem, surgem no final da década de 70, a partir de um cenário de evasão escolar na educação brasileira, sobretudo, devido aos problemas de aprendizagem de alunos que eram encontrados nas instituições. Os professores e nem a escola sabiam como lidar com esses indivíduos, em alguns casos encaminhavam aos médicos, pois compreendiam que tais problemas adivinham de questões biológicas, isso ainda acontece nos dias atuais por falta de preparo e informação. Porém, esse olhar começou a ser modificado com aparecimento dos conhecimentos psicopedagógicos que foram sendo desenvolvidos.

Como afirma Bossa (2000):

Na prática do psicopedagogo, ainda hoje é comum receber no consultório crianças que já foram examinadas por um médico, por indicação da escola ou mesmo por iniciativa da família, devido aos problemas que está apresentando escola. É importante termos em mente que é dentro dessa concepção de problemas de aprendizagem na escola que, ainda no final da

década de 70, surgiram os primeiros cursos de especialização em Psicopedagogia no Brasil, idealizados para complementar a formação dos Psicólogos e educadores que buscavam soluções para esses problemas [...] (p. 50-51).

Nesse período houve um grande crescimento desses cursos, no entanto, estes eram inicialmente realizados de forma apenas teórica, sem a relação teórico-prática, que tanto se almejava. Em 1980 os primeiros psicopedagogos formados criaram a Associação Brasileira de Psicopedagogia. Esta tinha como objetivo “promover o aperfeiçoamento cultural de seus associados e a qualidade científica de sua prática mediante a realização de cursos e de encontros científicos, além de publicação de um periódico especializado na área”. (CAMPOS, 2000, p. 52).

A procura por esses cursos deu-se, inicialmente, a partir de um interesse por uma atuação clínica. No entanto, com a ampliação de novos conhecimentos voltados para teorias do desenvolvimento, psicolinguística, linguística e as contribuições de autores da época, como Emília Ferreiro, passaram a olhar de uma outra forma para os problemas de aprendizagem e os cursos passaram a ter uma orientação diferente do que vinha tendo. Com isso, se origina uma área de trabalho de caráter preventivo, possibilitando reflexões e práticas da Psicopedagogia na instituição escolar. (BOSSA, 2000).

A partir disso, novas diferenciações passaram a ser realizadas com relação a identidade da atuação do psicopedagogo, levando em consideração as características do seu trabalho clínico e institucional. Neste sentido, as preocupações com esse profissional passaram para que esse sujeito assumisse um papel com a redução dos problemas de aprendizagem na escola.

Segundo Bossa (2000):

Essa nova abordagem daquele curso pioneiro reflete a mudança na forma de conceber a problemática do fracasso escolar e a busca pela *identidade* desse profissional brasileiro, que nasce como reeducador e que, ao longo do tempo, amplia o seu compromisso assumindo a responsabilidade com a diminuição dos problemas de aprendizagem nas escolas e, conseqüentemente, com a redução dos altos índices de fracasso escolar. (p. 56).

Com isso, esse novo modo de olhar para atuação do psicopedagogo fez com que fossem abertos outros horizontes na consolidação da sua identidade profissional. Para que esse sujeito incorporasse a função de contribuir com as instituições

escolares na prevenção dos problemas de aprendizagem, ajudando no avanço da educação.

3.2 Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp)

A Associação Brasileira de Psicopedagogia, assim intitulada, foi fundada em 12 de novembro de 1980. Esta tem o objetivo de agregar psicopedagogos brasileiros para ajuda-los por meio do desenvolvimento, divulgação e o aprimoramento desse campo de conhecimento. É uma associação sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado. Além disso, com um caráter técnico, científico e social, com as principais atividades da Psicopedagogia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2018).

Atualmente essa associação possui 15 seções e 14 núcleos espalhados em diversas regiões do Brasil. Ela desenvolve debates, reuniões, conferencias, cursos, seminários, congressos e eventos nos âmbitos regional, nacional ou internacional. Também, trabalha com as produções acadêmicas, vinculadas na área da Psicopedagogia, dos principais psicopedagogos para que os demais profissionais tenham acesso a esses conhecimentos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2018).

Podemos assim, sintetizar outras atividades que a Associação Brasileira de Psicopedagogia realiza:

- Facilita o acesso aos conteúdos pertinentes a área da Psicopedagogia;
- Trabalha para que todos tenham o direito de desempenhar a sua escolha de trabalho;
- Age no sentido de ampliar a atuação de uma gama de profissionais que tenha condições de exercer a atividade de psicopedagogo com conhecimento e qualidade;
- Busca o aprimoramento técnico-científico que beneficie a atualização profissional dos associados, primando pela ética e compromisso.

Neste sentido, todas essas ações têm contribuído para que o desenvolvimento e regulamentação dessa profissão sejam consolidados no cenário nacional brasileiro, haja vista que o projeto de regulamentação do exercício da profissão do psicopedagogo ainda tramita pelo Senado Federal Nacional por meio do PLC 031/10 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAOGIA). Além disso, para o

fortalecimento desse campo de conhecimento, para preservação dos valores éticos desta função e na garantia do cumprimento das normas da formação em Psicopedagogia.

Desde o seu início, Associação Brasileira de Psicopedagogia tem tido um papel muito grande nas realizações das atividades voltadas para esse campo de conhecimento e para a definição da identidade desse profissional no Brasil. Como coloca Bossa (2000), sobre como a mesma foi fundada e as suas contribuições:

O primeiro grupo formado pelo instituto Sedes Sapientae, incentivado pelo seu corpo docente, congregou os profissionais preocupados com os problemas de educação com este enfoque, o que resultou na fundação da então APp, a Associação Paulista de Psicopedagogia, que posteriormente se transformou em ABPp. A Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp, que muito tem contribuído para a definição do perfil profissional do Psicopedagogo, iniciou as suas atividades em 1980, promovendo encontros para reflexão e trocas de experiências vividas no exercício da profissão. (p. 71).

Com isso, por meio das suas ações, a ABPp contribuiu bastante para os primeiros passos dados da Psicopedagogia no Brasil. Apesar dos desafios, esta vem realizando eventos, palestras, debates e encontros voltados as peculiaridades da Psicopedagogia. Vale destacar o encontro realizado com maior proporção em 1984 com o título “Experiências e Perspectivas do Trabalho Psicopedagógico na Realidade Brasileira”, cujo os temas eram direcionados para as “abordagens preventivas e terapêuticas do trabalho psicopedagógico, voltadas não só para os descompassos na aprendizagem, mas também para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas” (BOSSA, 2000, p. 71).

Posteriormente, foram realizados outros encontros, como, por exemplo, em 1986, onde foi promovido o 2º encontro com tem “Psicopedagogia: O Caráter Interdisciplinar na Formação e Atuação Profissional”, no ano de 1988 realizou ainda o I Congresso e o III Encontro de psicopedagogos (BOSSA, 2000). Assim, foram e continuam sendo realizados diversos encontros e congressos para debater questões relacionadas a essa área de atuação.

Vale ressaltar, que a partir da realização desses eventos possibilitaram com que a Psicopedagogia começasse a se propagar no país, dando início a abertura de diversos cursos em nível de pós-graduação com o intuito de formar profissionais para esse campo de atuação. Neste sentido, houve a necessidade de ABPp elaborar um documento sobre a Identidade Profissional do Psicopedagogo e os objetivos da

Psicopedagogia, este por sua vez passou por diversas modificações por meio de discussão entre os associados e representantes de cursos da área e com o assessoramento da Professora Sara Pain (psicopedagoga argentina), segundo Bossa (2000).

Com isso, cabe dizer que atualmente existem leis e diretrizes de atuação e formação do Psicopedagogo que ajudam na consolidação desse profissional, como: as “Diretrizes de Formação de Psicopedagogos no Brasil”, “O Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia”.

3.3 A Psicopedagogia na Instituição Escolar

Com base nessa contextualização desenvolvida sobre o surgimento da Psicopedagogia, das mudanças que ocorreram nos seus cursos de especialização, levando em consideração o trabalho que ele realiza no ambiente clínico e escolar. Ressaltando que esse profissional ainda busca o seu espaço no seu campo de atuação, discutiremos como o psicopedagogo atua em uma instituição escolar.

Bossa (2000), fala sobre a diferença do trabalho clínico e institucional do psicopedagogo e os caracteriza:

O trabalho clínico se dá na relação entre um sujeito com sua história pessoal e sua modalidade de aprendizagem buscando compreender a mensagem de outro sujeito, implícita no não-aprender [...] Isso significa que, nesta modalidade de trabalho, deve o profissional compreender o que o sujeito aprende, como aprende e por que, além de perceber a dimensão da relação entre o psicopedagogo e sujeito de forma a favorecer a aprendizagem. No trabalho preventivo, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem, é objeto de estudo da Psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem. (BOSSA, 2000, p. 22).

Diante dessa fala, entendemos que o psicopedagogo em um trabalho clínico busca conhecer os alunos para identificar o que está interferindo na sua aprendizagem, conhecendo as relações que ele estabelece com o mundo ao seu redor e com o conhecimento, para ajudá-lo. Porém, o trabalho em uma instituição tem um caráter preventivo, onde o objetivo é de avaliar as práticas de ensino que são desenvolvidas e como ocorre a atividade dentro desse ambiente que interferem no processo de aprendizagem.

A partir disso, enfatizamos que a atuação do psicopedagogo na instituição escolar é fundamental, pois tal profissional contribui para a superação das dificuldades de aprendizagem dos sujeitos que aprendem, os quais fazem parte da escola. Esse indivíduo age como um auxiliador para os problemas de aprendizagem identificados.

Dessa forma, a atuação desse profissional possibilita as instituições escolares conhecerem as individualidades de cada aluno e suas necessidades psíquicas. Com isso, a escola em parceria com os professores, conseguirá desenvolver práticas e métodos de ensino coerentes com o cotidiano dos alunos nas suas individualidades. Como coloca Santos (2011), ele descreve de forma concreta o trabalho do Psicopedagogo na Instituição Escolar, colocando as relações que ele desenvolve com os alunos, coordenação e docentes, na sua atuação:

O trabalho na instituição escolar apresenta duas naturezas: O primeiro diz respeito a uma psicopedagogia voltada para o grupo de alunos que apresentam dificuldades na escola. O seu objetivo é reintegrar e readaptar o aluno à situação de sala de aula, possibilitando o respeito às necessidades e ritmos. Tendo como meta desenvolver as funções cognitivas integradas ao afetivo, desbloqueando e canalizando o aluno gradualmente para a aprendizagem dos conceitos conforme os objetivos da aprendizagem formal. O segundo tipo de trabalho refere-se à assessoria junto a pedagogos, orientadores e professores. Tem como objetivo trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos e as diferentes áreas do conhecimento. (SANTOS, 2011, p. 02).

Com isso, analisamos que este profissional desenvolve o seu trabalho em duas esferas, ele lida com os alunos com dificuldades de aprendizagem para ajudá-los a superar esses desafios e assim fazer com que esses sujeitos consigam ter bons resultados na sua aprendizagem, conseqüentemente, este terá capacidade para realizar as atividades que lhes serão propostas. Além disso, o psicopedagogo auxilia a coordenação e o corpo docente orientando-os sobre a relação que os professores devem estabelecer com os alunos e na reformulação das práticas pedagógicas que são desenvolvidas, levando em consideração a afetividade e o cognitivo.

Neste sentido, o psicopedagogo é um indivíduo que tem uma inclinação para o auxílio de instituições escolares com a finalidade de assegurar aos profissionais que nela operam e proporcionar condições precisas para que a mesma possa alcançar uma melhor compreensão da complexidade do processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, ele desenvolve um acompanhamento aos alunos por meio de práticas com propósito de discernir o motivo do déficit de aprendizagem em uma

determinada disciplina. Com isso, o objetivo da presença do psicopedagogo na escola é intervir e prevenir nas dificuldades de aprendizagem (BOSSA, 2000).

Vale destacar, que o psicopedagogo, também, atua realizando um diagnóstico das dificuldades de aprendizagem dos alunos e entra em contato com tais indivíduos com o intuito de ajuda-los a superar esses desafios. Essa atuação não se restringe apenas aos alunos, pois a família, também, é participante desse processo, o psicopedagogo faz o aconselhamento dos familiares.

Também, planeja juntamente com os professores, coordenadores e gestores, práticas de ensino e mudanças no currículo escolar para que as necessidades de cada aluno sejam supridas, fazendo com que eles tenham um melhor desempenho. Como descreve Bossa (2000), sobre os níveis de atuação institucional do psicopedagogo:

No primeiro nível o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a “frequência dos problemas de aprendizagem. Seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como na formação e orientação de professores, além de fazer aconselhamento aos pais. No segundo nível o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagens já instalados. Para tanto cria-se plano diagnóstico da realidade institucional, e elaboram-se planos de intervenção baseados nesses diagnósticos a partir do qual se procura avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam tais transtornos. No terceiro nível o objetivo é eliminar transtornos já instalados em um procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que ao eliminarmos um transtorno, estamos prevenindo o aparecimento de outros. (BOSSA, 2007, p. 25).

Com isso, percebemos que o psicopedagogo exerce várias atividades em uma instituição escolar em diferentes níveis, como colocou Bossa (2000). Esse sujeito busca diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem dos alunos, intervindo através de planos ou projetos, nos problemas que já estão instalados.

Vale destacar, que em sua atuação preventiva, o psicopedagogo tem interesse nos problemas de aprendizagem dentro da escola, esse sujeito trabalha nos campos do planejamento educacional e ajuda por meio de planos educacionais com a tentativa de sanar essas dificuldades. Faz também, um trabalho clínico, para a eliminar os transtornos já instalados, prevalecendo o aspecto preventivo, pois se estes forem eliminados, haverá a prevenção para que não apareçam outros.

Neste sentido, como afirma Santos (2000), objetivo da atuação desse sujeito é de fazer com que os alunos com dificuldades tenham possibilidade de se inserirem e permanecerem no ambiente escolar. Por meio de práticas inclusivas visando a integração, participação e evolução desses sujeitos.

Almeida (2000), diz ainda, que a intervenção psicopedagógica deve ter como alvo o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, da relação que é estabelecida entre o conhecimento, o professor e o aluno, com o intuito de despertar a autoria de pensamento dos discentes. Além disso, para que estes se tornem seres criativos, sujeitos que descubram a sua identidade e tenham os seus potenciais estimulados.

Vale destacar, que o psicopedagogo elabora projetos, também, direciona-os para as mudanças educacionais e ajuda na sua realização. O objetivo desses projetos é justamente fazer com que a criança ou o adolescente descubra e desenvolva as suas capacidades, que esses sujeitos consigam interpretar o mundo a sua volta e agir sobre a sua realidade de forma com que eles consigam intervir com segurança e competência. Como afirmam Soares e Sena (2012):

Portanto, o profissional da Psicopedagogia propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, bem como pode contribuir para que os alunos sejam capazes de olhar esse mundo em que vive de saber interpretá-lo e de nele ter condições de interferir com segurança e competência. (p. 8).

Além disso, de acordo com as necessidades encontrados no processo de aprendizagem esse sujeito desenvolve orientações e participa das equipes responsáveis pela produção de projetos e planos norteados pelas políticas educacionais. Por meio disso, este faz com que a comunidade escolar, como os professores, diretores e coordenadores consigam enxergar a escola como uma instituição que ver os alunos nas suas necessidades individuais. Bossa (1994), coloca que:

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem. (BOSSA, 1994 *apud* SOARES e SENA, 2012, p. 3).

A partir disso, percebemos que o psicopedagogo intervém em instituições escolares, também por meio de projetos, com o intuito de criar um ambiente favorável para a aprendizagem dos alunos de acordo com as suas necessidades identificadas.

Para que esses sujeitos se desenvolvam e sejam estimulados a intervir no mundo ao seu redor de forma eficaz.

Para lidar com os alunos que têm alguma deficiência é necessário conhecer mais sobre ele, saber a sua forma de ver as coisas ao seu redor e como o mesmo interage com o mundo. Haja vista que esses alunos são iguais aos demais, podem aprender, porém, eles possuem características diferentes, sobretudo, referente a aprendizagem (BEYER, 2006).

Nesse sentido, quando se tem esse olhar para esses indivíduos é possível compreender as suas dificuldades, limitações, necessidades e como eles aprendem, para que seja oferecido o suporte necessário para seu desenvolvimento. Sendo a escola essencial nesse processo de inclusão e desenvolvimento desses alunos com deficiência. E essa questão é foco principal da Psicopedagogia na sua atuação preventiva, a compreensão das diferenças na forma de aprender, pois esses sujeitos carregam consigo uma história de vida que o diferencia dos demais e aprendem de forma diferente. Como coloca Bossa (2000):

A escola é, então, participante desse processo de aprendizagem que inclui o sujeito no seu mundo sociocultural. Ela é, com efeito, a grande preocupação da Psicopedagogia em seu compromisso de ação preventiva. Cada sujeito tem uma história pessoal, da qual fazem parte várias histórias: a familiar, a escolar e outras, as quais, articuladas, condicionam-se mutuamente. (2000, p. 90).

Dito isso, compreendemos que a Psicopedagogia está vinculada a inclusão social, sobretudo, de alunos com deficiência. Sendo que, esse profissional pode fazer da escola um espaço de inclusão, desde as suas políticas quanto das práticas educativas que esta desenvolve. Também, esse sujeito pode contribuir para a que os alunos com deficiência recebam um atendimento adequado, levando em consideração as suas necessidades.

Dessa forma, o psicopedagogo na sua atuação no espaço escolar busca quebrar os pré-conceitos existentes, conscientizando não somente os demais alunos como também aos profissionais da educação que atuam em instituições escolares (professores, coordenadores e gestores). Com o intuito de que estes, por sua vez, olhem para os discentes com deficiência nas suas diferenças, entendendo que eles possuem um potencial individual e são capazes de se desenvolver. Para Castro

(2004), o psicopedagogo através da sua prática é um agente de inclusão social, ele coloca que:

[...] A escuta diferenciada, o olhar atento e o acolhimento afetivo ao ser que aprende e ao ser que ensina não podem faltar no fazer psicopedagógico. E o desenvolvimento de estratégias diversificadas no atendimento aos alunos com dificuldades, para que façam parte da sociedade, não os excluindo da convivência (inclusão). Nesse sentido, o psicopedagogo atua com o objetivo de conscientizar os adolescentes sobre o mundo heterogêneo e diversificado em que vivemos. E, procura sensibilizá-los a exercerem atitudes de co-responsabilidade pela construção de um mundo melhor e mais justo, aceitando as diferenças e o potencial individual. (p. 116).

Com isso, esse profissional tem o intuito de conhecer mais sobre esses alunos, sobre as suas histórias de vida, entender como ele interpreta o mundo ao seu redor e como eles aprendem e assim ajuda-los a superar os desafios existentes. Também, despertar as suas potencialidades. Além disso, Ormelezi (2000), afirma como psicopedagogo pode atuar com a pessoa com deficiência:

[...] no trabalho com a pessoa portadora de deficiência busca-se, incansavelmente, conhecer sua maneira própria de perceber o mundo e relacionar-se com ele; de estruturar o pensamento e as emoções. É fundamental entrar sem ideias pré-concebidas para descobrir por quais caminhos ela aprende e conhecer as suas possibilidades, dificuldades e o potencial a desenvolver e, assim, oferecer-lhe os recursos necessários na construção do conhecimento. (p. 150).

Neste sentido, percebemos que a atuação do psicopedagogo em uma instituição escolar é essencial para que a mesma saiba lidar com as diferenças dos alunos, sobretudo, de alunos com deficiência. Além disso, levando em consideração os problemas encontrados na aprendizagem desses sujeitos e prevenindo-os.

3.4 Os conhecimentos psicopedagógicos presentes na atuação da Professora “H”

A partir dessa contextualização teórica sobre a atuação do Psicopedagogo, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada por meio das entrevistas com a Professora “H” e com a Coordenadora “G”, referentes a categoria “Utilização dos conhecimentos psicopedagógicos”. Com o intuito de responder a seguinte questão norteadora: como os conhecimentos psicopedagógicos estão presentes nas suas

práticas para a inclusão dos alunos com deficiência na Escola Antônio de Oliveira Gordo?

O quadro abaixo mostra as falas da Professora “H” e da Coordenadora “G”, que foram analisadas com base nos critérios estabelecidos por Bardin (2006), para que possamos responder as questões pertinentes à esta categoria de forma confiável. A partir disso, surgiram dois temas que estavam bastante presentes nas falas das entrevistadas, que são: Especialização em Psicopedagogia e Elaboração de projetos de intervenção

Quadro matricial 2 - Categoria “Utilização dos conhecimentos psicopedagógicos”

Temas	Falas da Professora e da Coordenadora
Especialização em Psicopedagogia	<p>Professora: <i>a minha especialização em Psicopedagogia me permitiu estagiar em todas as escolas de referência em atendimento de alunos com deficiência [...]</i></p> <p>Professora: <i>[...] Até porque a minha formação em psicopedagogia é institucional [...]</i></p> <p>Professora: <i>[...] sobre a minha formação, eu fiz especialização em Psicopedagogia [...]</i></p> <p>Coordenadora: <i>[...] todos esses projetos foram ideia dela, até pela especialização que ela tem [...]</i></p> <p>Coordenadora: <i>[...] e que tenha especialização de Psicopedagogia é a professora “H” [...]</i></p> <p>Coordenadora: <i>[...] mas quem tem, que eu sei que é psicopedagogo mesmo, é a professora “H”, que tem especialização na área.</i></p> <p>Coordenadora: <i>[...] Talvez pela formação que ela tem, não só por ser, por ter feito uma especialização em Psicopedagogia, mas por ela ser uma professora que tá permanentemente estudando, ela tá permanentemente se capacitando, ela tá permanentemente buscando formação, essa que é a grande diferença [...]</i></p>
Elaboração de projetos de intervenção	<p>Professora: <i>[...] E aí comecei a pensar os projetos, a coordenação abraçou a causa, a equipe de inclusão, que a gente chama aqui, também abraçou ideia e os professores em parceria.</i></p> <p>Coordenadora: <i>[...] Tanto é, ela não gosta de falar sobre isso, mas tanto o projeto “Arte e Inclusão” como o projeto “Brincando com as diferenças” e mais esse outro projeto que ela está escrevendo agora que é “Nós somos o ritmo”, que é um projeto que envolve a Educação Física e a Arte, todos esses projetos foram ideia dela [...]</i></p> <p>Coordenadora: <i>[...] sempre esses projetos surgiram a partir da ideia dela, ela sempre escreve o projeto, mas é claro que na hora de desenvolver esse projeto, é em equipe, ai ela passa a ideia para equipe e elas desenvolvem [...]</i></p> <p>Professora: <i>[...] a utilização dos conhecimentos psicopedagógicos, essas intervenções que são feitas na escola, se dão através dos projetos [...]</i></p>

	<p>Professora: [...] A Psicopedagogia ela vem muito fazer essa intervenção dentro da escola, mesmo não atuando como psicopedagoga, mas nas entre linhas e com o conhecimento adquirido, a gente também faz esse trabalho, essa intervenção.</p> <p>Coordenadora: [...] Eu posso dizer de um profissional que nós temos dentro da escola, que mesmo não estando atuando diretamente na área da Psicopedagogia, mas no momento em que ele pensa projetos dentro do aluno que se atende, do aluno com deficiência, visando mostrar para a comunidade que eles são capazes, que eles têm esse potencial, entendeu? Então, nesse momento você vê a grande diferença desse profissional e como que ele pode contribuir com a escola. Mas é claro que na atual conjuntura não se vê que a escola necessita de um psicopedagogo, não se tem esse olhar [...]</p> <p>Professora: [...] também a gente busca superar os desafios por meio dos projetos de inclusão, que são esses projetos que são desenvolvidos aqui na escola [...] são os projetos “Brincando com as Diferenças”, projeto “Arte e Inclusão AOG”, agora surgiu um novo que é “Nós somos o ritmo”, aonde traz a questão da dança, a dança como uma linguagem voltada ao prazer, de liberdade, descontração e também uma linguagem com o corpo, entre mente e corpo [...]</p> <p>Coordenadora: [...] agora mesmo nós tivemos semana passada a nossa Feira Multidisciplinar e teve lá uma apresentação da Educação Especial que foi como tema “Nós Somos o Ritmo”, que é um novo projeto, como eu ti falei, que envolve a dança, a Educação Física e a Arte, as duas disciplinas [...].</p> <p>Professora: [...] O projeto, por exemplo, Arte e Inclusão, ele trabalha as diversas linguagens artísticas com aluno com deficiência, no qual envolve as diversas linguagens, como a poesia, a questão do teatro e da literatura [...].</p> <p>Professora: O projeto Brincando com as diferenças, ele veio justamente para envolver os alunos nas atividades de educação físicas. Por que em uma aula normal de Educação Física, o professor tem muitos alunos [...] tem os conteúdos que ele vai direcionar, que muitas vezes não dá para fazer um trabalho junto com os alunos com deficiência. E o projeto, ele veio para dar um olhar mais especial para esses sujeitos através das estratégias lúdicas e atividades adaptadas, aonde eles pudessem brincar, correr, trabalhar a questão da lateralidade, a questão motora, entendeu? O fortalecimento do musculo, também o prazer, a alegria, a diversão [...]</p> <p>Coordenadora: [...] O resultado, digamos assim, mais visível, digamos, para sociedade, vem através do prêmio que a escola ganhou, que foi inscrito todos os projetos, inclusive os dois projetos que ela escreveu [...]</p>
--	--

Fonte: elaborado pelo autor

A partir disso, com base nos resultados apresentados, percebemos que a Professora “H” possui formação em Psicopedagogia a nível de especialização, como é colocado nas duas falas. Durante a entrevista várias vezes as entrevistadas se referiram à “especialização em Psicopedagogia”, relacionando-a com a atuação dessa

docente. Como a Coordenadora “G” coloca, “[...] todos esses projetos foram ideia dela, né, até pela especialização que ela tem [...]”.

Sendo assim, compreendemos que essa docente tem especialização nessa área, no entanto, não trabalha no cargo de psicopedagoga, apesar de isso ser possível. Haja vista, que segundo Associação Brasileira de Psicopedagogia, no seu Código de Ética (2011), nos artigos 5º e 6º dizem que a formação do psicopedagogo ocorre, em cursos de graduação e pós-graduação (que no caso é a especialização “latu sensu”), sendo estes habilitados para exercer esse campo de trabalho.

Por isso, o motivo de a Professora “H” não exercer essa função na escola pode estar relacionado ao fato de essa profissão ainda não ser regulamentada e/ou devido não ser uma realidade a presença de psicopedagogos nas escolas públicas, lembrando que esse não é o nosso foco aqui, apesar de que isso é importante ser enfatizado dentro desta categoria.

Cabe ressaltar, também, que essa docente tem formação para atuar na esfera institucional, como essa informante disse em sua fala: “[...] a minha formação em psicopedagogia é institucional [...]”. Bossa (2000), afirma que o psicopedagogo institucional atua com uma inclinação mais preventiva, onde esse sujeito estar presente em instituições escolares com o intuito de avaliar as práticas de ensino desenvolvidas nesse ambiente e a sua dinâmica organizacional, sobretudo, na intervenção para que os problemas de aprendizagem sejam reduzidos e prevenidos.

Neste sentido, compreendemos que a professora “H” tem uma formação que lhe disponibiliza conhecimentos psicopedagógicos que a habilita para atuar em escolas, sobretudo, na prevenção quanto aos problemas de aprendizagem, por meio de intervenções psicopedagógicas.

Diante disso, analisamos ainda que a Professora “H” utiliza os conhecimentos psicopedagógicos por meio da elaboração de projetos de intervenção. Como enfatiza essa docente na sua fala: “[...] Então, a utilização dos conhecimentos psicopedagógicos, essas intervenções que são feitas na escola, se dão através dos projetos [...]”.

Dessa forma, queremos colocar que durante as entrevistas foi bastante enfatizado, tanto pela Professora “H” como pela Coordenadora “G”, que a docente participante da pesquisa contribui com a escola por meio da elaboração de projetos de intervenção, sendo que é ela que cria e estes são desenvolvidos por toda equipe de inclusão da escola. Como coloca a Professora “H”: “[...] E aí comecei a pensar os

projetos, a coordenação abraçou a causa, a equipe de inclusão, que a gente chama aqui, também abraçou a ideia e os professores em parceria”. A Coordenadora “G”, afirma ainda:

[...]Tanto é, ela não gosta de falar sobre isso, mas tanto o projeto “Arte e Inclusão” como o projeto “Brincando com as diferenças” e mais esse outro projeto que ela está escrevendo agora que é “Nós somos o ritmo”, que é um projeto que envolve a Educação Física e a Arte, todos esses projetos foram ideia dela [...] sempre esses projetos surgiram a partir da ideia dela, ela sempre escreve o projeto, mas é claro que na hora de desenvolver esse projeto, é em equipe, aí ela passa a ideia para equipe e as professoras desenvolvem [...].

Com base nisso, percebemos que a professora “H” contribui por meio desses projetos não só para o desenvolvimento das suas práticas como professora PAE, mas também com todas as suas companheiras que compõe a equipe de inclusão e para que a escola em si tenha um outro olhar para esses indivíduos, quebrando os pré-conceitos existentes.

Haja vista, que os alunos com deficiência têm o seu potencial estimulado por meio da participação nesses projetos, o que contribui para que esses sujeitos sejam ativos na escola, sobretudo, na sala de aula na realização das atividades que são elaboradas pelas professoras PAEs (sobre as contribuições desses projetos, discutiremos de forma mais aprofundada na próxima categoria).

Além disso, esses projetos tem o intuito de proporcionar oportunidades para que os alunos com deficiência desenvolvam o seu potencial, para que estes sujeitos sejam incluídos na escola e para a prevenção quanto as necessidades especiais que estes discentes possuem referentes as suas aprendizagens.

Neste sentido, o projeto “Brincando com as diferenças”, por exemplo, contribui com a prática da Professora “H”, das demais professoras PAEs e do professor de Educação Física. Também, para que os alunos tenham a oportunidade de participar dessas aulas com o intuito de terem as suas necessidades de aprendizagem atendidas e que esses sujeitos se desenvolvam. Como afirma a Professora “H”:

O projeto Brincando com as diferenças, ele veio justamente para envolver os alunos com as atividades de educação física. Por que em uma aula normal de Educação Física, o professor tem muitos alunos [...] tem os conteúdos que ele vai direcionar, que muitas vezes não dá para fazer um trabalho junto com os alunos com deficiência. E o projeto, ele veio para dar um olhar mais especial para esses sujeitos através das estratégias lúdicas e atividades adaptadas, aonde eles pudessem brincar, correr, trabalhar a questão da

lateralidade, a questão motora, entendeu? O fortalecimento do musculo, também o prazer, a alegria, a diversão [...].

Com isso, percebemos que por meio deste projeto houve uma mudança educacional na escola, sobretudo, nas aulas de educação física para esses alunos. Além disso, foi possível inclui-los nessas aulas de educação física, que até então não tinha como esses sujeitos participarem para que tivessem esse estímulo na questão motora e emocional, como foi colocado pela Professora “H”.

Segundo Bossa (1994), em seu caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes com intuito de elaborar planos e projetos para que toda a comunidade escolar, como professores gestores, coordenadores e os demais, possam repensar a função da escola com relação a prática docente e às necessidades distintas de aprendizagem de cada aluno.

Além disso, Soares e Sena (2012), afirmam que esse profissional propõe e ajuda no desenvolvimento de projetos para que ocorra mudanças educacionais na escola. Com o intuito da busca pela descoberta e do desenvolvimento das capacidades dos alunos. Além disso para que os alunos possam ver o mundo ao seu redor de maneira que esses sujeitos consigam interpreta-lo e neste intervir de forma eficaz.

Diante disso, compreendemos que essa utilização dos conhecimentos psicopedagógicos não ocorre diretamente, até por que essa docente estar lotada em outro cargo. Compreendemos que a Professora “H” faz a intervenção na escola por meio da Psicopedagogia de forma indireta. Essa entrevistada enfatiza que: “[...] A Psicopedagogia ela vem muito fazer essa intervenção dentro da escola, mesmo não atuando como psicopedagoga, mas nas entre linhas e com o conhecimento adquirido, a gente também faz esse trabalho, essa intervenção”. Além disso, a Coordenadora “G” complementa essa ideia, dizendo que:

[...] Eu posso dizer de um profissional que nós temos dentro da escola, que mesmo não estando atuando diretamente na área da Psicopedagogia, mas no momento em que ela pensa projetos dentro do aluno que se atende, do aluno com deficiência visando mostrar para a comunidade que eles são capazes, que eles têm esse potencial [...].

Com isso, percebe-se que a Psicopedagogia estar presente na atuação da Professora “H” como algo paralelo. Haja vista, que foi enfatizado pelas entrevistadas que essa individua não atua nessa função dentro da escola. Sendo assim, a docente

participante da pesquisa utiliza os conhecimentos psicopedagógicos nas entre linhas, de forma parcial, por meio desses projetos de intervenção que contribuem para a inclusão dos alunos com deficiência na escola e que conseqüentemente ajuda no desenvolvimento da sua prática educativa com esses sujeitos.

3.5 As contribuições da Psicopedagogia na Inclusão dos alunos com deficiência na Escola Antônio de Oliveira Gordo

Nesta categoria apresentaremos os resultados referentes a categoria levantada “contribuições da Psicopedagogia para a inclusão dos alunos com deficiência” com base nas entrevistas realizadas. Vale ressaltar o que Bossa (2000), afirma, enfatizando que a escola faz parte do processo de aprendizagem onde o aluno é incluído no seu mundo sociocultural. Sendo que, segundo a autora, essa é a grande preocupação da Psicopedagogia em sua responsabilidade quanto a ação preventiva.

Dessa forma, faremos uma discussão com o objetivo de responder a seguinte questão norteadora: em que aspectos a Psicopedagogia, presente na atuação da professora, tem contribuído na inclusão dos alunos com deficiência?

A partir disso, no quadro abaixo estão as falas da Coordenadora “G” e da Professora “H” que foram organizadas dentro de cada tema que surgiu nesta categoria, os quais são: “Elevação da autoestima”, “Superação das dificuldades de aprendizagem” e “Inclusão dos alunos com deficiência”.

Quadro matricial 3 - Categoria “Contribuições da Psicopedagogia para a inclusão dos alunos com deficiência”

Semelhanças	Falas da professora e da Coordenadora
Elevação da autoestima	<p>Professora: [...] também a elevação da autoestima deles. Por que as vezes eles chegam aqui ou chegam em determinado local, não se sentindo com um olhar de aceitação, as vezes as pessoas olham de forma preconceituosa, e um dos grandes desafios é realmente quebrar essa barreira com eles dentro da escola [...]</p> <p>Professora: [...] aqui dentro da escola o que se pode observar que ela tem contribuído para a elevação da autoestima [...]</p> <p>Professora: [...] o progresso com relação a linguagem oral, na interação social e o maior interesse na execução das atividades escolares (que eles todos os dias estão na escola, eles são assíduos, participativos, gostam de trabalhar em equipe) [...]</p> <p>Professora: [...] E os alunos, com certeza a gente foi vendo o avanço a partir do envolvimento deles, da participação deles, do querer está ali, participar, se sentir autores da história [...]</p>

<p>Avanço nas dificuldades de aprendizagem</p>	<p>Professora: [...] Avanço nas dificuldades de aprendizagens, a evolução dos alunos em níveis diferenciados de acordo com a deficiência, entendeu? De acordo com a deficiência a gente consegue observar no final do ano através dos relatórios, através dos próprios resultados que a gente vê em cada aluno, os avanços. Certo? De acordo com a deficiência de cada um [...]</p> <p>Professora: [...] a superação das dificuldades de aprendizagem também [...]</p> <p>Professora: [...] Até mesmo por que quando se fala da questão da inclusão do aluno com deficiência, a gente vê um avanço não só nas dificuldades de aprendizagem, que também é o nosso grande desafio, que eles aprendam a fazer o nome, a ler e escrever, a ter o domínio dos conteúdos, de acordo com as deficiências deles. Mas também, em outras habilidades [...]</p>
<p>Inclusão dos alunos com deficiência</p>	<p>Professora: [...] E aí começou a surtir efeito e a inclusão começou se dá na escola de fato. A gente começou a perceber a inclusão mesmo dos alunos dentro da escola.</p> <p>Professora: [...] E a participação nos projetos escolares que eles participam com entusiasmo, aonde eles são incluídos de fato [...]</p> <p>Professora: [...] E incluídos quando a gente fala, é desde a chegada, no portão, na sala de aula, na comunidade escolar, nos eventos escolares, por exemplo, participam da premiação de alunos nota 10, então todos eles são incluídos.</p> <p>Professora: [...] Os alunos não têm preconceito com eles dentro da sala de aula não, se é para sentar junto é uma briga, o trabalho em equipe, “ah eu quero ele na minha equipe!” Entendeu? Então isso já ajuda muito para eles se desenvolverem também [...]</p> <p>Coordenadora: Todos os projetos, não é “ah fiz um projeto para o aluno com deficiência” não, ele é um projeto pensado no aluno com deficiência, mas sempre com a parceria dos alunos “normais”, entendeu? Até para não dizer “ah não esse aqui é só para eles”, não, é para todos, que aí é a forma de incluir, a inclusão é isso. Não é pensar “ah tu não vai fazer isso por que isso aqui é uma coisa muito fácil que só eles não têm a capacidade de fazer”, não, é para mostrar a capacidade deles, é algo que você participa junto com o outro aluno “dito normal”.</p> <p>Coordenadora: [...] Vem através da visibilidade que você dar aos alunos com deficiência [...]</p> <p>Coordenadora: [...] E aí eles iam dançando, eu me lembro que, por exemplo, teve lá o aluno da professora “H”, o “J”, ele foi o Elvis, entendeu? Então colocou aquele Rock e ele dançou com uma aluna “dita normal”. Então assim, todos eles participaram, dançaram, dentro das limitações deles, foram incluídos dentro desse processo [...]</p> <p>Coordenadora: [...] Então, por exemplo, o melhor de tudo isso, é que você dá visibilidade a esses alunos, mostra para a comunidade que eles têm capacidade e que essa capacidade no momento em que ela é desenvolvida, em que você provoca, estimula, a capacidade aparece [...] eles poderiam estar na escola escondidos, você nem perceberia que eles existem. Por que todos os alunos conhecem os nossos alunos com deficiência? Por que todos os nossos alunos tratam com respeito e tem esse entendimento de que eles estão ali, que eles estão visíveis? Porque esses projetos têm essa função, de dar essa visibilidade e mostrar.</p>

	<p>Coordenadora: [...] Alguém que pensa um projeto desse que dar uma visibilidade para esses alunos que poderiam estar dentro da escola, mas esquecidos, que a própria comunidade escolar, de repente, nem tomasse conhecimento deles. O que faz com que eles se tornem alunos que todos da escola, que todos alunos conhecem? É justamente através dos projetos, eles acabam ganhando essa visibilidade de mostrar o quanto eles são capazes, basta que a gente possa pensar em projetos que incluam eles.</p>
--	--

Fonte: elaborado pelo autor

Diante disso, com base nesses resultados apresentados, compreendemos que a Psicopedagogia por meio dos projetos de intervenção, elaborados pela a Professora “H”, tem contribuído para a inclusão dos alunos com deficiência na escola, como afirma essa docente: “[...] E a participação nos projetos escolares que eles participam com entusiasmo, aonde eles são incluídos de fato [...]” e diz ainda que a partir da realização desses projetos a inclusão começou ocorrer de fato na escola, ela diz: “[...] E aí começou a surtir efeito e a inclusão começou se dá na escola de fato. A gente começou a perceber a inclusão mesmo dos alunos dentro da escola”.

Segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007), a educação inclusiva não ocorre somente no fato de matricular o aluno com deficiência em uma escola regular e fazer com que ele desenvolva a socialização junto com os demais em uma turma. Porém, essa perspectiva de educação será significativa se forem dadas oportunidades para esses sujeitos ingressarem e permanecerem na instituição tendo um bom rendimento escolar, sendo que, isso será possível se forem atendidos nas suas necessidades quanto as características de aprendizagem e desenvolvimento que esses discentes possuem.

Além disso, Aranha (2004), diz que as escolas devem oferecer para esses alunos um apoio pedagógico com intuito de atender as suas necessidades especiais, pois se não houver esse auxílio, esses sujeitos sofrerão discriminação por parte desta instituição de ensino. Além disso, isso pode fazer com que esses indivíduos abandonem os estudos ou se permanecerem não conseguirão ter bons resultados, sendo essa questão uma forma de desigualdade de condições de permanência.

Neste sentido, compreendemos que a Escola Antônio de Oliveira Gordo oferece um apoio pedagógico para os alunos com deficiência que estão matriculados nesta instituição. Sendo que, isso ocorre por meio da oferta das professoras PAEs que auxiliam esses alunos nas turmas regulares por meio de práticas inclusivas.

Também, através do desenvolvimento desses projetos de intervenção que atendem as necessidades de desenvolvimento e aprendizagem desses discentes.

Beyer (2006), diz que os alunos com deficiência precisam receber práticas educativas diferenciadas que atendam às suas necessidades. Haja vista, que esses sujeitos são capazes, podem aprender tanto quanto os demais alunos, porém possuem características distintas nas suas formas de aprender, eles têm peculiaridades que geram dificuldades nas suas aprendizagens.

Dessa forma, os alunos com deficiência estão permanecendo na escola e tendo bons resultados nos seus desenvolvimentos e aprendizagem. Esses sujeitos sentem-se entusiasmados para participar das atividades escolares dentro e fora da sala de aula, isso faz com que eles compreendam que são capazes e desenvolvam os seus potenciais. A Coordenadora “G”, fala sobre a participação desses alunos na feira multidisciplinar que houve na escola, por meio do novo projeto que eles estão desenvolvendo que é chamado de “Nós somos o ritmo”, essa informante diz:

E aí eles iam dançando, eu me lembro que, por exemplo, teve lá o aluno da professora “H”, o “J”, ele foi o Elvis, entendeu? Então colocou aquele Rock e ele dançou com uma aluna “dita normal”. Então assim, todos eles participaram, dançaram, dentro das limitações deles, foram incluídos dentro desse processo [...].

Sendo assim, percebe-se a participação desses alunos no cotidiano da escola, sobretudo, nos eventos que são realizados. Cabe ressaltar, o que foi dito nessa fala da Coordenadora “G”, onde essa sujeita diz que um aluno com deficiência dançou junto com uma aluna “dita normal” e que eles fizeram isso dentro das suas limitações.

Neste sentido, isso se encaixa na questão da inclusão, conforme estar enfatizado na Declaração de Salamanca (1994). Nesse documento consta que na Educação Inclusiva as práticas desenvolvidas em uma escola devem dar suporte necessário para que esses sujeitos participem das atividades juntamente com os demais de forma igualitária, respeitando as suas diferenças, ritmos e limitações (BRASIL/MEC).

Diante disso, vale ressaltar que a participação nesses projetos tem ajudado, também na elevação da autoestima desses sujeitos, como coloca a Professora “H”:
“[...] aqui dentro da escola o que se pode observar que ela tem contribuído para a elevação da autoestima [...]”.

Haja vista, que esses discentes passaram a ser mais ativos na escola, devido o envolvimento que eles começaram a ter nessas atividades educativas, como enfatiza a Professora “H”: “[...] E os alunos, com certeza a gente foi vendo o avanço a partir do envolvimento deles, da participação deles, do querer está ali, participar, se sentir autores da história [...]”.

Neste sentido, para Santos (2011), em uma das suas atribuições o psicopedagogo busca nas instituições escolares intervir nas práticas de ensino que são desenvolvidas, fazendo com que os profissionais da educação que atuam nesse ambiente educacional, repensem as suas práticas. Sendo que, o objetivo é que através das atividades que são realizadas, dos conteúdos, sejam integrados o afetivo e o cognitivo, ou seja, fazer com que o aluno tenha interesse em aprender e participar de forma proativa nas tarefas que lhes são propostas.

Dessa forma, compreendemos que isso fez com que esses indivíduos se sentissem incluídos na escola e autores da sua própria história, elevando assim a sua autoestima. Além disso, observamos a presença da afetividade, do entusiasmo em querer estar na escola se envolvendo com as atividades que são desenvolvidas e realizando as suas tarefas escolares que são propostas.

Com isso, esse interesse desses alunos em realizar as atividades e participar do cotidiano escolar, tem os ajudados na superação das suas dificuldades de aprendizagem, como ressalta a Professora “H”:

[...] Avanço nas dificuldades de aprendizagens, a evolução dos alunos em níveis diferenciados de acordo com a deficiência, entendeu? De acordo com a deficiência a gente consegue observar no final do ano através dos relatórios, através dos próprios resultados que a gente vê em cada aluno, os avanços. Certo? De acordo com a deficiência de cada um [...].

Além disso, cabe colocar o que essa docente afirma ainda, que a participação nos projetos de intervenção psicopedagógicos tem contribuído:

[...] Também, no progresso com relação a linguagem oral, né, na interação social e o maior interesse na execução das atividades escolares (que eles todos os dias estão na escola, eles são assíduos, participativos, gostam de trabalhar em equipe) [...].

Neste sentido, percebe-se que esses alunos por quererem participar das atividades escolares, por se sentirem motivados a estar na escola, são eficazes para realizarem as tarefas que lhes são propostas e isso os auxilia a superar as suas

dificuldades de aprendizagem, gerando bons resultados e avanços quanto aos seus desenvolvimentos. Também, na interação com os demais indivíduos que compõe a comunidade dessa escola.

Diante disso, vale destacar, que esses resultados não vêm somente por meio desses projetos, devemos levar em consideração, também, o trabalho que é desenvolvido pela equipe de inclusão, pela coordenação da escola e pelos professores de cada disciplina.

No entanto, é válido dizer que a professora com especialização em Psicopedagogia através desses projetos contribui com esse trabalho conjunto que é realizado na inclusão de alunos com deficiência nessa instituição. Como a Coordenadora “G”, diz sobre esses projetos:

[...] Então, por exemplo, o melhor de tudo isso, é que você dá visibilidade a esses alunos, mostrar para a comunidade que eles têm capacidade e que essa capacidade no momento em que ela é desenvolvida, em que você provoca, estimula, a capacidade aparece [...] eles poderiam estar na escola escondidos, você nem perceberia que eles existem. Por que todos os alunos conhecem os nossos alunos com deficiência? Por que todos os nossos alunos tratam com respeito e tem esse entendimento de que eles estão ali, que eles estão visíveis? Porque esses projetos têm essa função, de dar essa visibilidade e mostrar.

Diante disso, analisamos que esses projetos têm dado visibilidade aos alunos com deficiência dentro da escola, não os excluindo assim das ações realizadas nesse ambiente e mostrado para toda a comunidade escolar a capacidade que esses sujeitos possuem. Além disso, tem feito com que os demais alunos conheçam esses indivíduos nas suas diferenças e respeite-as. Sendo que, esse respeito reflete na convivência em sala de aula, pois os alunos gostam de sentar junto e realizar trabalhos em equipe com esses sujeitos. A Professora “H”, colocou que:

[...] Os alunos não têm preconceito com eles dentro da sala de aula, se é para sentar junto é uma briga, o trabalho em equipe, “ah eu quero ele na minha equipe”! Entendeu? Então isso já ajuda muito para eles se desenvolverem também [...].

Neste sentido, percebe-se que os alunos com deficiência são respeitados pelos indivíduos que compõe essa escola, através dessa visibilidade que esses projetos deram a esses sujeitos, as suas necessidades passaram ser conhecidas e respeitadas. Sendo que, estes possuem peculiaridades que os diferem dos demais,

mas não os impede de conseguirem aprender e se desenvolverem, como afirma Beyer (2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo nos possibilitou a analisar e compreender como uma professora com especialização em Psicopedagogia pode contribuir com o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas instituições regulares de ensino. Sendo essa uma das maiores preocupações dessa área de conhecimento, de buscar identificar as dificuldades que os alunos enfrentam na aprendizagem e assim auxiliá-los com o intuito de superá-las e terem as suas necessidades individuais supridas.

Também, percebemos que a Educação Especial como uma modalidade de ensino, pode ser beneficiada com as práticas e intervenções que um psicopedagogo efetua em uma instituição escolar, diante dos desafios que são encontrados no desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam esse público, que são os alunos com deficiência.

Apesar de já haver o Atendimento Educacional Especializado e os Serviços de apoio pedagógico através das professoras de educação especial, não descartamos a possibilidade de um trabalho conjunto que o psicopedagogo pode realizar com esses atendimentos. Sendo isso, questões a serem pensadas.

Diante disso, colocamos que conseguimos obter dados concretos por meio da pesquisa realizada, sobre a utilização dos conhecimentos da Psicopedagogia por parte da professora “H”, para sua atuação em uma escola na inclusão de alunos com deficiência. Essas informações foram essenciais para nos aprofundarmos sobre o quanto o psicopedagogo pode ser um sujeito importante no processo de inclusão social, sobretudo, nos ambientes escolares.

Os resultados da pesquisa foram positivos, pois conseguimos por meio das entrevistas realizadas com a professora “H” e com a coordenadora “G”, coletar as informações necessárias para o desenvolvimento do presente trabalho. Apesar de que não foi possível encontrarmos um psicopedagogo que estivesse atuando diretamente na sua função, o que seria ainda melhor para a realização desse estudo.

Sendo assim, identificamos que a professora “H” atua na escola desenvolvendo práticas pedagógicas inclusivas na sua função de PAE, Professora Auxiliar Especializada (nomenclatura aderida pela coordenação da escola). Além disso, analisamos que essa docente busca através dos conhecimentos da Psicopedagogia, realizar intervenções nessa instituição por meio de projetos de intervenção

psicopedagógicos, com o intuito de prevenir e sanar as dificuldades que os alunos com deficiência possuem para aprenderem e se desenvolverem.

Investigamos que esses projetos criados pela professora participante dessa pesquisa, têm contribuído para a inclusão dos alunos com deficiência na escola Antônio de Oliveira Gordo, fazendo com que esses sujeitos tenham visibilidade nesse ambiente e sejam respeitados nas suas necessidades e diferenças. Com isso, esses discentes se sentem acolhidos pela Coordenação e por toda comunidade escolar, gerando neles um interesse e vontade em querer estar nesse local educativo participando das atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela, sobretudo, nos eventos que são realizados.

Isso faz com que esses sujeitos consigam ter um bom desempenho escolar e superem assim as suas dificuldades de aprendizagem, sendo que, esses resultados positivos são identificados nos relatórios que a escola realiza anualmente. Dessa forma, os projetos de intervenção psicopedagógicos tem ajudado não só nas práticas desenvolvidas pela professora “H”, mas de toda equipe de inclusão, dos demais professores de cada disciplina e no alcance de um dos objetivos da escola, que é a Inclusão.

Com isso, compreendemos que apesar de essa docente não estar exercendo a função de psicopedagoga, consegue intervir na escola por meio dos conhecimentos psicopedagógicos. Sendo que, isso ocorre nas entre linhas, de forma indireta.

Diante disso, conseguimos responder os questionamentos propostos nesse trabalho através dos resultados obtidos. Além disso, foi possível alcançar os objetivos que traçamos para a realização dessa pesquisa.

No entanto, queremos colocar que há ainda muitos caminhos a percorrer e questões a serem discutidas sobre essa temática, sobretudo, da identidade profissional e a regulamentação da atuação do psicopedagogo nas instituições regulares de ensino.

Além disso, ainda há alguns questionamentos sobre como as escolas regulares de ensino estão atendendo os alunos com deficiência. Como por exemplo, será que somente o coordenador pedagógico pode lidar com essas questões? Seria viável um trabalho multidisciplinar juntamente com o psicopedagogo? Como os professores veem esses alunos nas suas necessidades educacionais?

São questões a serem estudadas de forma aprofundada com o intuito de contribuir com pesquisas voltadas para essa temática, para que tenhamos não

somente uma escola inclusiva, mas uma sociedade e um mundo mergulhados no universo da Inclusão, respeitando as necessidades e diferenças de cada indivíduo.

Coloco que essa pesquisa não termina aqui, espero ter contribuído com o universo acadêmico e deixado um caminho a ser percorrido na construção de conhecimentos sobre esse tema. Dessa forma, fica o espaço aberto para que outros sujeitos venham construir conhecimentos relacionados a Psicopedagogia, pois é uma área de atuação que ainda está buscando o seu espaço no meio acadêmico e profissional, sobretudo, o seu reconhecimento pela sociedade. Sendo que, esse campo de estudo pode ajudar nos cursos de Pedagogia e está ligado com a modalidade de ensino que é a Educação Especial dentro da perspectiva da Inclusão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sylvia Maria Camargo Pires de. Alguns Pressupostos da intervenção Preventiva Psicopedagógica. In: MASINI, Elcie F. Salzano, organizadora. **Ação Psicopedagógica: II Ciclo de Estudos de Psicopedagogia Mackenzie**, São Paulo, julho de 2000. Memnon. Pág. 25-34.
- ARANHA, Maria Salete Fábio, organizadora. **Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** – Título original: L' analyse de contenu – Presses Universitaires de France, 1977. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro / Capa de Alceu Saldanha Coutinho: Direitos reservados para todos os países de Língua Portuguesa. Edições 70 – Avenida Duque de Ávila, 69-r/ c-Esq. 1000 Lisboa – Tels. 556898/ 572001.
- BELEI, Renata Aparecida, PASCHOAL, Sandra Regina Gimenez, NASCIMENTO, Edinalva Neves, MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa.** – Cadernos em Educação [FaE/PPGE/UFPEl] Pelótas [30]: p. 187-199, janeiro/junho, 2008.
- BEYER, Hugo Otto. A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial – Rio Grande do Sul: INCLUSÃO – **Revista da Educação Especial**, julho de 2006, Pág. 8-12.
- BOSSA, Nádia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.
- CAMPOS, Maria Célia Malta. Colocando-se nas Encruzilhadas do Saber: Desafios da Psicopedagogia. In: MASINI, Elcie F. Salzano, organizadora. **Ação Psicopedagógica: II Ciclo de Estudos de Psicopedagogia Mackenzie**, São Paulo, julho de 2000. Memnon. Pág. 51-57.
- CASTRO, Maria Luiza Garitano de. O olhar psicopedagógico na Instituição Educacional: O Psicopedagogo como agente de inclusão social - **Rev. Psicopedagogia**, 2004; 21(65): 108-116.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús-Nicasio. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica**; tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa /** [organizado por]; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e

pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, Rosana e FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira** – Rio de Janeiro: INCLUSÃO – Revista da Educação Especial, outubro de 2005, Pág. 35-12.

GLAT, Rosana, PLETSCHE, Márcia Denise, FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade – Educação/Santa Maria**, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>

JÚNIOR, Á. F. B. e JÚNIOR, N. F. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos** – Araxá-MG, 2011. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250.

LEITE, Lúcia Pereira, MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. **Formas diversificadas de organização do ensino para alunos com deficiência intelectual: a flexibilização curricular na educação inclusiva** - Editora FC/UNESP, 2008, p. 65-87. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim, CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho / organizadoras. Recursos e estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão – Bauru: UNESP/FC, 2012. (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). 166 p. v. 5.

LISBOA, Rose Suellen (Org.), SANTANA, Diego (Colaborador) e LISBOA, Nonato (Rev.). / **Guia de elaboração de trabalhos acadêmicos** – Belém: Biblioteca UFPA, 2017. 93 p.; il. - CDD 21. Ed. 808.066.

MASINI, Elcie F. Salzano, organizadora. **Ação Psicopedagógica: II Ciclo de Estudos de Psicopedagogia Mackenzie**, São Paulo: Memnon, julho de 2000.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas** – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

MESQUITA, Amélia Maria Araújo, 1978- **OS ELEMENTOS DE INCLUSIVIDADE NA PRÁTICA CURRICULAR DE UMA PROFESSORA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CULTURA ESCOLAR, TESE**. 2013. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2013.

ORMELEZI, Eliana Maria. **A Psicopedagogia em pauta para a Educação Especial: Uma busca de instrumentos para lidar com o aprender e o não-aprender**. In: MASINI, Elcie F. Salzano, organizadora. **Ação Psicopedagógica: II Ciclo de Estudos de Psicopedagogia Mackenzie**, São Paulo, julho de 2000. Memnon. Pág. 150-153.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Tradução Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 1985.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentim. **Inclusão: um procedimento com possibilidade de sucesso.** Manuscrito não publicado. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 1999.

SANTOS, Dalva Loreatto dos. Ação Psicopedagógica na Escola: Um enfoque Fenomenológico-Existencial. In: MASINI, Elcie F. Salzano, organizadora. **Ação Psicopedagógica: II Ciclo de Estudos de Psicopedagogia Mackenzie**, São Paulo, julho de 2000. Memnon. Pág. 140-149.

SACRISTÁN, J. Gimeno, GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**, trad. Ermani F. da Fonseca Rosa. 4ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, Euzila Pereira dos. **Dificuldades de Aprendizagem nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.** Dezembro de 2015. Goiás – GO. 73 páginas. Faculdade de Educação – FE. Universidade de Brasília – UnB. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

SANTOS, Rogério Augusto. **O Psicopedagogo na instituição escolar: Intervenções psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. 2011** - Disponível em: <<http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 28 de outubro. 2018.

SOARES, Matheus; SENA, Clério César Batista. **A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar. ABPP.** Publicado em: 25/04/2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática –** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa.** Rio de Janeiro – 2007. Rev SOCERJ. 2007;20(5):383-386. setembro/outubro.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação/** Heraldo Marelim Vianna. – Brasília: Plano, Editora, 2003.

Disponível em: http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html. Acessado em: 16 de setembro. 2018.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acessado em: 15 de novembro. 2018.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acessado em: 30 de novembro. 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORA E PARA COORDENADORA

- **Perguntas direcionadas para a professora pedagoga:**

- 1- Quais as práticas pedagógicas (metodologia, avaliação e recursos) que você desenvolve com os alunos com deficiência?
- 2- Que conhecimentos psicopedagógicos, adquiridos na sua formação em Psicopedagogia, mais contribuem para a sua prática com esses alunos?
- 3- Como a Psicopedagogia tem contribuído na sua atuação?

- **Perguntas direcionadas para a Coordenadora Pedagógica da Escola:**

- 1- Quando a escola começou a ofertar a PAE (Professora Auxiliar de Educação Especial)?
- 2- Quantas professoras já assumiram a função?
- 3- Quais as práticas pedagógicas que a professora que tem formação em Psicopedagogia desenvolve com os alunos com deficiência?
- 4- Você percebe a diferença na atuação da professora que tem especialização em Psicopedagogia em relação as demais?
- 5- Na sua avaliação, os alunos atendidos pela PAE que tem formação em Psicopedagogia, tem apresentado resultados com relação à aprendizagem dos alunos com deficiência?
- 6- Que benefícios um profissional com formação específica em Psicopedagogia traz para a escola?

APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa aborda o título **“A Psicopedagogia na Escola: um estudo de caso da atuação de uma pedagoga na aprendizagem de alunos com deficiência”**, está sendo desenvolvida por **Lucas Soares do Nascimento**, aluno do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da **Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes**. Trata-se de uma pesquisa em fase de levantamento dos dados, cujo o **objetivo é de analisar como a formação em Psicopedagogia tem contribuído na prática pedagógica de uma professora no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência na Escola Antônio Oliveira Gordo**. Deste modo, solicitamos sua colaboração para fornecer documentos oficiais sobre o referido assunto, como relatórios ou mesmo entrevista, entre outros. Solicitamos também, sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em relatório científico. Por ocasião da publicação das informações, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a seu trabalho ou vida social ou pessoal. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes
Orientadora da Pesquisa

Lucas Soares do Nascimento
Pesquisador (graduando)

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Eu, **Lucas Soares do nascimento**, responsável principal pela pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, a qual pertence ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), venho pelo presente, solicitar autorização da Escola Antônio de Oliveira Gordo, no período de novembro de 2018 para o trabalho de pesquisa, sob o título **“A Psicopedagogia na Escola: Um estudo de caso da atuação de uma pedagoga na aprendizagem de alunos com deficiência”**, com o **objetivo de analisar como a formação em Psicopedagogia tem contribuído na prática pedagógica de uma professora no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência na Escola Antônio Oliveira Gordo** e para que novos conhecimentos voltados para a área de Psicopedagogia e de Educação Especial sejam desenvolvidos, beneficiando assim a Educação em geral, a comunidade acadêmica e a sociedade através dessas novas informações. Além disso, será de suma importância para minha formação enquanto futuro profissional da educação. Esta pesquisa está sendo orientada pela Professora Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes. Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Lucas Soares do Nascimento
RG: 6767768
Matrícula: 201501440015

Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes
Professora Orientadora
RG: 3080348
Matricula SIAP: 3010155